

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROSA LHULLIER

DESENVOLVIMENTO, ECOCÍDIO E VISÕES CONVERGENTES:
O COMITÊ DE COMBATE À MEGAMINERAÇÃO E O ASSENTAMENTO APOLÔNIO
DE CARVALHO CONTRA O PROJETO MINA GUAÍBA

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROSA LHULLIER

**DESENVOLVIMENTO, ECOCÍDIO E VISÕES CONVERGENTES:
O COMITÊ DE COMBATE À MEGAMINERAÇÃO E O ASSENTAMENTO APOLÔNIO
DE CARVALHO CONTRA O PROJETO MINA GUAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Quintero

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

Tive a oportunidade de ver, no Museu de Arte Latinoamericano de Buenos Aires, acompanhada pelo meu querido amigo Isa, a instalação artística *Ofrenda al sol*, da artista saltenha Florencia Sadir. A obra tem várias esculturas magras e ondulantes, feitas com esferas pretas de cerâmica e metal, dispostas sobre um piso de carvão. O carvão, é claro, foi o que me chamou a atenção. De acordo com o texto da curadoria, ele remete ao trabalho em contato com a terra, o fogo e a fumaça. Mas para nós, porto-alegrenses – Isa por nascimento, eu por adoção –, o carvão carrega outro significado desde aqueles tensos meses em 2019.

Por isso, eu não poderia começar essas considerações senão agradecendo a todes que se juntaram à mobilização pela água e ar limpos, pelo rio Jacuí, a Mata Atlântica, o Pampa. Eduardo, Camila, Jaqueline e Adeles estiveram nas frentes desta mobilização; para além da minha gratidão pela sua disponibilidade e receptividade, é certo que, não fosse por eles, esse trabalho teria um tom muito mais trágico e pessimista. O Comitê e o Assentamento Apolônio de Carvalho têm merecido lugar de destaque neste trabalho, mas não foram os únicos e não estiveram sozinhos. Em especial, gostaria de usar o espaço para reconhecer todas as comunidades que resistiram e seguem resistindo: além do assentamento, as aldeias Tekoá Guajayvi e Pekuruty e o Loteamento Guaíba City tiveram papel insubstituível.

É importante para mim dar atenção a mais um aspecto da realidade social antes de começar a agradecer amigos, familiares e colegas. Como pessoa trans, tenho noção que faço parte de uma minoria historicamente excluída dos espaços acadêmicos; sendo de gênero não binário, minha existência é invisível para muitas pessoas e incompreendida por outras tantas. Esse espaço, então, é para exaltar as pessoas trans e trans não binárias que conseguem bravamente se fazer presentes, mesmo lutando contra ataques sistemáticos aos nossos direitos mais básicos – de ser quem somos, e até de usar nossos nomes.

Agradeço à minha família – minha mãe Luciana, pai Ottoni e irmã Ana – por todo o apoio que me deram ao longo do processo e ao longo de toda minha vida. Agradeço de coração à minha amiga Ana Vedana, que fez a revisão deste trabalho e dedicou ao texto tanto carinho quanto tenho por ela. Minha querida amiga e colega Nicole Duarte, que estava presente no meu primeiro encontro com o curso de Ciências Sociais – uma aula de sociologia numa tarde ensolarada de segunda-feira –, me deu apoio em momentos difíceis da realização do trabalho e também tem minha gratidão e carinho. Não há espaço para agradecer individualmente a todas as amigades que foram e continuam sendo essenciais para mim – por

isso, deixo aqui minha gratidão a todos que dedicaram algum tempo a tornar essa empreitada acadêmica menos solitária, que me acolheram e deram apoio durante esses meses ocupados.

Por fim, agradeço ao professor Pablo Quintero, que orientou este trabalho. Seu conselho de não ter pressa e de priorizar a constância ressoou comigo, e com certeza tornou a escrita menos estressante. Agradeço também ao professor Eduardo Dullo pelo seu auxílio indispensável na escolha do tema.

RESUMO

Esse trabalho localiza o Projeto Mina Guaíba, um projeto de megamineração carvoeira na região metropolitana de Porto Alegre/RS, dentro de uma narrativa histórica de ‘desenvolvimento’ e dos processos de apropriação e distribuição ecológica. Através da leitura de estudos do desenvolvimento, da ecologia política, e de estudos de caso, investiga-se o contexto particular do desenvolvimento ecocida na América Latina e sua força motriz de expansão colonial. A seguir, são entrevistados participantes do Comitê de Combate à Megamineração, órgão de mobilização contra a Mina Guaíba, e do Assentamento Apolônio de Carvalho, comunidade que seria deslocada pela instalação da mina. É analisada a disputa, desencadeada pelo pedido de licenciamento ambiental, entre a empresa Copelmi Mineração Ltda. e um movimento amplo da sociedade civil agregado pelo Comitê e pelo Assentamento, traçando as estratégias utilizadas e os impactos gerados pelo processo. Por fim, é feita uma breve comparação entre o Projeto Mina Guaíba e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte como megaprojetos de desenvolvimento, visando fornecer um horizonte para estudos futuros.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Mineração. Ecocídio. Movimentos socioambientais.

ABSTRACT

This work localizes Projeto Mina Guaíba—a large-scale coal mining project in greater Porto Alegre/RS—within a historical narrative of ‘development’, environmental distribution and appropriation. Through a review of critical development studies, political ecology, and case studies, it analyzes the particular context of ecocidal development in Latin America and its motor force of colonial expansion. Interviews are then conducted with participants of the Comitê de Combate à Megamineração—an organ of mobilization against Projeto Mina Guaíba—and Assentamento Apolônio de Carvalho—a community which the coal mine’s installation would displace. The work analyzes a conflict, set off by a motion for environmental licensing, between company Copelmi Mineração Ltda and a broad civil society movement brought together by the Comitê and Assentamento; drafting out the strategies employed and impacts left by the process. To conclude, it briefly compares Projeto Mina Guaíba with the Belo Monte dam as ‘development megaprojects’, seeking to provide an horizon for further studies.

Keywords: Development. Mining. Ecocide. Environmental movements.

GLOSSÁRIO

ALERGS - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

CCM - Comitê de Combate à Megamineração

Cootap - Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre

Copelmi - Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas]

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MPF - Ministério Público Federal

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USAID - United States Agency for International Development [Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional]

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO E ECOCÍDIO.....	12
2.1 A crise ambiental pensada do Sul: antropologia do desenvolvimento e ecologia política.....	12
2.2 (Des)encontros com o desenvolvimento.....	19
3 CAMPO E CIDADE: AGENTES DA RESISTÊNCIA CONTRA A MINA GUAÍBA. .	25
3.1 A resistência vista do Comitê.....	25
3.2 A resistência vista do Assentamento.....	30
4 A MINA GUAÍBA COMO MEGAPROJETO DE DESENVOLVIMENTO.....	36
4.1 Estratégias e narrativas.....	36
4.2 A mobilização.....	38
4.3 O ataque dos megaprojetos – Belo Monte e a Mina Guaíba.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Mina Guaíba foi um projeto para a construção de uma mina de carvão a céu aberto – com potencial para um Polo Carboquímico, previsto em legislação de 2017 – que ficaria localizada a 9 km de Eldorado do Sul, 12 km de Charqueadas, e 16 km do centro de Porto Alegre, às margens do Parque Estadual Delta do Jacuí. O projeto foi proposto pela Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais (Copelmi Mineração Ltda.), autorizado em julho de 2018 pelo então governador do Rio Grande do Sul José Ivo Sartori, e apresentado publicamente a representantes políticos em dezembro do mesmo ano (CAMARGO, 2019). O sítio escolhido possui a maior reserva de carvão em território brasileiro, que seria explorada pelo método de lavra a céu aberto em tiras: usado para depósitos de pouca profundidade, o método prevê a escavação sequencial da terra em cortes horizontais, depositando o estéril de novas cavas nas cavas já esgotadas. Em termos econômicos, a Copelmi previu uma receita tributária de 218 milhões de reais ao ano dividido entre municípios, estado e união. Também foram previstos 331 empregos diretos e 81 indiretos durante a fase de instalação e 1.154 empregos diretos e 3.361 indiretos durante a operação da mina, que duraria um mínimo de 23 anos (COPELMI MINERAÇÃO LTDA., c2023).

Ao longo de 2019 e 2020, organizações da sociedade civil e das comunidades locais protestaram os alarmantes prejuízos que a implantação da mina traria à população da região – 4,3 milhões de pessoas. Os detritos da mineração do carvão gerariam poluição no ar e na água, potencializada pela sua localização crítica próxima ao rio Jacuí. Essa localização também se sobrepunha a duas aldeias indígenas, cujo consentimento para instalação da mina não foi procurado pela Copelmi. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da mina foram fortemente questionados pela comunidade acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que se uniu à mobilização contrária.

O Comitê de Combate à Megamineração (CCM), formado em resposta ao projeto, apresentou contra-laudos que questionavam a adequação dos dados do EIA-RIMA. Em consonância, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), órgão estadual responsável pela aprovação, apresentou uma lista com cerca de cem componentes a serem respondidos ou elaborados pela empresa para ser possível avançar o licenciamento. O prazo, dia 9 de dezembro de 2019, não foi cumprido – e mesmo ao ser estendido, a empresa nunca apresentou sua resposta. Em fevereiro de 2020, o licenciamento ambiental da obra foi suspenso pela Justiça Federal pela omissão do direito de consulta prévia

à aldeia indígena Tekoá Guajayvi no EIA-RIMA submetido pela empresa. Não obstante, demorou até setembro de 2021 para o governo do RS retirar o apoio ao projeto e até março de 2022 para o processo ser arquivado pela FEPAM.

Chama atenção a forma como o governo Eduardo Leite justificou sua mudança de postura nas suas comunicações públicas: remetendo à necessidade de transição energética para reduzir emissões carbônicas e mitigar os impactos das mudanças climáticas. Percebe-se uma importante preocupação global, mas faltam referências aos efeitos locais que a mina teria sobre o solo, o ar, a água, e o próprio espaço de vida das aldeias Tekoá Guajayvi e Pekuruty e do Assentamento Apolônio de Carvalho. Está posto um paradoxo. A mudança climática é entendida apenas pelos seus efeitos atmosféricos, como toneladas de CO₂ e aumentos médios de temperatura, e não pelos seus efeitos sobre a *realidade* vivida pelas pessoas: desequilíbrios no ciclo natural, adulteração e escasseamento de elementos necessários para a vida, degradação de terras e deslocamentos forçados – efeitos estes que configuram uma *continuidade* em relação às próprias causas da mudança climática.

É preciso avançar além da concepção abstrata da emergência ecológica para compreender suas causas e efeitos microcósmicos, locais. São estudados nesse trabalho dois ramos das ciências sociais latino-americanas que propõem saídas para esse paradoxo: a antropologia do desenvolvimento e a ecologia política. Como se verá a seguir, as duas não são antagônicas, e suas respostas muitas vezes convergem. Ambas as abordagens são utilizadas neste trabalho buscando contextualizar e entender os acontecimentos em torno do Projeto Mina Guaíba, desde sua proposição inicial até seu arquivamento. É dado foco a questões que desenvolvem o debate sobre a atuação de movimentos científicos e sociais contrapostos a projetos de desenvolvimento danosos.

O objetivo geral do trabalho consiste em explorar as causas sociais, econômicas e políticas por trás da proposição e arquivamento do Projeto Mina Guaíba. Para isso, são identificadas as ações dos proponentes e dos opositores da mina; é traçado um panorama das estratégias utilizadas; e são estudados os contextos sociais, econômicos e políticos nos quais o processo se desenrolou. Além disso, esta pesquisa se vale de visões da antropologia do desenvolvimento e da ecologia política, seguindo um viés decolonial, para falar sobre o Projeto Mina Guaíba.

O primeiro capítulo conta com uma apresentação das teorias sociais que embasam este trabalho: a antropologia do desenvolvimento e a ecologia política, mencionadas acima. Conta, também, com referências a alguns projetos de desenvolvimento que serão relevantes como comparativos à Mina Guaíba – o mais pertinente sendo o da Usina Hidrelétrica de Belo

Monte. O segundo capítulo apresenta os resultados de entrevistas de campo, realizadas em um modelo qualitativo semiestruturado. Foram feitas quatro entrevistas: duas com membros do Comitê de Combate à Megamineração e duas com moradoras do Assentamento Apolônio de Carvalho. O terceiro capítulo combina os conhecimentos trazidos nos dois anteriores e os utiliza para fazer uma análise do processo, focando na mobilização de resistência à mina. Em uma subseção, é aprofundada a comparação com o estudo de caso da Usina de Belo Monte.

O trabalho traz um certo grau de inovação científica ao cenário brasileiro por analisar um projeto de desenvolvimento em fase de aprovação, as mobilizações em torno deste projeto, e os contextos que acabaram levando ao seu fracasso, em vez de analisar um projeto já implementado ou em vias de implementação e suas consequências. Academicamente, inova ao fazê-lo com os referenciais teóricos da antropologia de desenvolvimento e da ecologia política, que têm maior expressão na América Latina hispanohablante.

Além disso, o projeto estudado foi alvo de controvérsia por suas consequências previstas ao meio-ambiente. A degradação ambiental tem ganhado crescente importância política no século XXI, tanto na política institucional quanto em movimentos sociais, grupos comunitários, e no meio cultural. Ao trabalhar para um entendimento maior de um processo gerador de degradação e da oposição posta a ele, a pesquisa adquire também relevância social.

2 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO E ECOCÍDIO

2.1 A crise ambiental pensada do Sul: antropologia do desenvolvimento e ecologia política

Para entender a Mina Guaíba como um projeto de desenvolvimento, é necessário elucidar a categoria ‘desenvolvimento’: o que é, onde surgiu, quais são as suas dinâmicas, sua intencionalidade e seus efeitos sociopolíticos. É preciso entender o ‘desenvolvimento’ como fenômeno cultural – ou, em outras palavras, fazer uma antropologia do desenvolvimento (ESCOBAR, 2007; SBERT, 1996). Embora, como qualquer fenômeno cultural hegemônico, ele tente se apresentar como natural – em seu caso, como vetor de uma linha de progresso histórico milenar –, é possível destrinchar as suas origens, tanto como categoria de análise quanto como uma agenda posta em prática.

O antropólogo venezuelano Pablo Quintero (2015a) faz uma cronologia dos estudos críticos do desenvolvimento. Sob a égide da então recém-fundada antropologia, a teoria colonial do evolucionismo esquematizou uma gradação qualitativa para diversas sociedades contemporâneas no século XIX, em que as sociedades menos urbanizadas, industrializadas, e militarizadas estariam em grau menor de desenvolvimento, entendidas como cronologicamente atrasadas em relação às sociedades europeias desenvolvidas. O autor cita a Johannes Fabian ao chamar de “negação da coetaneidade” a tendência da antropologia de distanciar seus objetos de estudo temporalmente, os deslocando para o passado. As circunstâncias do nascimento da antropologia estão atreladas ao seu fim político de legitimar e justificar a chancela europeia sobre os povos “atrasados” – seria uma questão de acelerar o processo natural do desenvolvimento para torná-los iguais à Europa, os “trazendo ao presente” e os elevando a membros em igualdade do mercado internacional. Na prática, a exploração dos seus recursos destruiu modos de vida tradicionais e dizimou milhões de vidas.

O desenvolvimento surge, então, juntamente com o capitalismo global, sistema caracterizado pelo seu impulso à acumulação e à autoexpansão. Quintero define que “la expansión planetaria de los imperios europeos incluirá a otras poblaciones tanto en la explotación económica como en la (re)producción a contraluz de la identidad europea” (QUINTERO, 2015a, p. 66). Enquanto durante as fases iniciais do capitalismo global a sua expansão ocorria através da conquista colonial violenta, a década de 1940 e a hegemonia estadunidense do pós-guerra representaram uma mudança de águas. Ao mesmo tempo que as

colônias se libertavam dos impérios europeus, o ideal do desenvolvimento se “libertou” das metralhadoras Gatling e dos encouraçados; a expansão do capitalismo global assumiu a roupagem de *integração internacional* através de missões de desenvolvimento econômico sancionadas por órgãos do governo estadunidense, como a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID, de United States Agency for International Development), pelas recém-fundadas Nações Unidas, e por organizações não governamentais (ONGs) como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os estudiosos do desenvolvimento tendem a colocar o ano de início da nova fase em 1949. Foi iniciada nesse ano a missão do Banco Mundial na Colômbia. A missão buscou no Norte Global especialistas e técnicos em finanças públicas, comércio exterior, transportes, agricultura, saúde pública, engenharia civil e outros para levar ao país sul-americano; a Colômbia era vista como um país repleto de problemas socioeconômicos que seria solo fértil para as soluções teorizadas em salões de universidades. O antropólogo colombiano Arturo Escobar ressalta que, ao sonhar a Colômbia como “imagem ordenada” pelas teorias econômicas, os missionários criaram uma outra representação: a da Colômbia subdesenvolvida, que nega sua própria verdade platônica (ESCOBAR, 2007).

O sociólogo mexicano Gustavo Esteva (1996) ajuda a contextualizar a dualidade: não é possível a existência do *desenvolvimento* sem existir a categoria do *subdesenvolvimento*. A divisão de países entre *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos* legitima uma autoridade paternal daqueles sobre estes. Assim, traz implícitas a justificativa e a obrigação dos antigos poderes colonizadores de intervirem a fim de assegurar o crescimento econômico das antigas colônias. Porém, também sublinha uma situação de escassez sofrida por nações, povos e territórios. Essa escassez não é causada pela infertilidade de suas terras ou a ausência de recursos naturais – na verdade, essas reservas tendem a ser abundantes –, mas por um processo de *apropriação*. Por um processo histórico, a terra é tornada uma mercadoria, negando aos seus habitantes o direito de usufruir dela como desejam – de criarem e manterem seus próprios vínculos com ela. Ao invés de reverter esse processo, o desenvolvimento o reforça. Através de investimentos e projetos, através de complexos produtivos, minas a céu aberto, e rodovias, prossegue a passos largos a apropriação do comum – prossegue a passos largos, em efeito, a própria expansão colonial.

Dessa forma, o desenvolvimento é entendido como um vetor da expansão e da integração no sistema-mundo capitalista. Torna-se possível entender como um projeto como a Mina Guaíba, anátoma às condições de vida e prosperidade para a população próxima, pode ser considerado um projeto de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, torna-se possível entender

o que o torna atraente para algumas comunidades excluídas social ou economicamente. A integração que representa, através de sua oferta de empregos, tributos, e demanda para o mercado interno, promete, além da melhora na situação econômica, também maior estabilidade. Situação semelhante ocorre no estudo de caso da bacia média do rio Pilcomayo (QUINTERO, 2010), em que a comunidade indígena La Estrella aceita a instalação do “Proyecto Piloto de Agricultura con Riego” com a prerrogativa parcial de garantir o direito à sua terra habitada.

Diferentes modelos de desenvolvimento propõem diferentes termos para a expansão capitalista, tendo como fim atenuar os seus impactos (QUINTERO, 2010). O *desenvolvimento sustentável*, pensado na década de 70, prega a limitação do crescimento econômico e populacional para preservar as condições ambientais do planeta. Partidos deste, o *desenvolvimento ecológico* substitui o crescimento ilimitado pela integração de todos os subsistemas da vida em seu modelo de sociedade, enquanto o *etnodesenvolvimento* busca suprir as necessidades humanas considerando as dinâmicas de populações locais e indígenas. O *desenvolvimento endógeno* – e seu sucessor, o *desenvolvimento local* – acredita em desenvolver as potencialidades soberanas de cada país e região, levando a discussão aos microcosmos locais e abandonando pretensões universalistas. Por fim, o *desenvolvimento humano*, atual conceito operante das Nações Unidas, desloca o marcador do desenvolvimento para o indivíduo, buscando conformar um modelo em que a melhora das condições de vida e o respeito aos direitos humanos sejam a *raison d'être* de desenvolver.

Autores ligados aos estudos críticos do desenvolvimento, nos quais se inclui a antropologia do desenvolvimento, avaliam, entretanto, que esses modelos não conseguiram quebrar de forma significativa com a égide ecocida do capitalismo, realizada no seu mote do crescimento infinito. Defendem que o próprio signo do desenvolvimento, indiferente de roupagens, denota uma força motriz, narrativa social, ou outra forma de vetor da expansão capitalista. Isso não previne seus processos de serem palco de disputas a partir de formas sociais mais igualitárias – e as comunidades frequentemente se reapropriam, com variado grau de sucesso, dos projetos de desenvolvimento –, mas significa que o desenvolvimento deve ser analisado a partir de sua origem e sentido no sistema-mundo colonial.

Neste trabalho, a colonialidade é entendida considerando especialmente as suas instâncias de colonialidade do poder e colonialidade da natureza, trabalhadas no ramo dos estudos decoloniais. A sua conceituação é importante para explicar por que se aponta o Projeto Mina Guaíba como um empreendimento colonizador, com esse aspecto expresso em dois de seus desígnios: o deslocamento não consentido de comunidades indígenas, assentadas

e pobres da área de operação; e a pretensão de usar a Mina como pivô para a instalação de um Polo Carboquímico em municípios do Baixo Jacuí, efetivamente impondo o modelo econômico carvoeiro por cima do tecido social regional e inviabilizando a atividade autóctone da rizicultura orgânica, além de uma miríade de outras atividades e vivências locais. Os próximos parágrafos vão delinear brevemente o conceito de colonialidade do poder e introduzir o debate sobre o racismo ambiental, que a seguir será expandido para considerar a colonialidade da natureza.

Os estudos da decolonialidade nascem como crítica à ortodoxia marxista do século XX, reforçada a partir de Moscou ou Pequim. No artigo do sociólogo peruano Aníbal Quijano, intitulado “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” (2005), o autor aponta José Carlos Mariátegui, falecido em 1930, como o único teórico de sua época capaz de se desprender dos esquemas europeus e compreender a contínua articulação do poder colonial nas regiões periféricas, e especificamente na América Latina. Mas Quijano propõe avançar nesta compreensão, trazendo consigo um debate abrangente sobre modernidade, colonialidade, e racismo – que se torna fundamental para situar historicamente a sociedade latino-americana.

Para Quijano, é com o início da colonização da América que nasce a idade moderna. Colonialidade e modernidade formam uma díade, e compartilham de seus traços: um sistema-mundo capitalista articulado a partir da Europa; uma concepção de história linear, com vista a descontemporaneizar sociedades periféricas; e uma divisão global a partir da ideia de raça. A subjugação violenta e a espoliação dos povos indígenas americanos não apenas abriram o caminho para a hegemonia europeia materialmente, como perduraram como precondições epistêmicas da sua continuidade.

A teoria da colonialidade do poder determina, a partir dessa visão histórica, que as populações de territórios colonizados ao redor do mundo se tornam racialmente caracterizadas – ou seja, são alvo de diferenciação com foco em características étnicas e geográficas – para justificar processos mais intensos de extração de valor econômico. Nota-se aqui a convergência com os estudos do desenvolvimento abordados anteriormente. É coerente aos dois uma descrição do sistema-mundo colonial como um que articula para si diversas formas de trabalho (QUINTERO, 2015a). Como exemplo, pode-se apontar para a contínua existência do trabalho escravo ou semiescravo, bem como da acumulação por espoliação, nos territórios colonizados.

Juntamente com o sistema-mundo colonial, se verifica o crescimento exponencial da capacidade tecnológica e técnica do ser humano de alterar o próprio ambiente por meio de

processos que visam a extração de valor. Em tempos contemporâneos, essa capacidade atinge níveis assombrosos: o capital busca expandir-se horizontalmente, rumo a novas fronteiras de exploração, e verticalmente, espremendo a natureza e a vida pública por qualquer fiapo que ainda não tenha mercantilizado (COELHO *et al*, 2021). Projetos tornam-se megaprojetos. Mas esses megaprojetos ainda estão sujeitos às relações da colonialidade do poder. Os territórios colonizados são os primeiros na linha de fogo como palco de iniciativas que visam aumentar a extração de valor da população do território às custas da habitabilidade do meio-ambiente local. Pela racialização inerente a este processo, ele é estudado sob a alcunha de racismo ambiental (HERCULANO, 2017).

É comum que cientistas e militantes engajados na luta contra as mudanças climáticas descrevam as consequências do aquecimento da Terra como um apocalipse (FRANZEN, 2019). Mas, para os sujeitos colonizados, a fase apocalíptica das mudanças climáticas – envolvendo deslocamentos forçados, a morte de ecossistemas, o fim de elos civilizacionais, e o extermínio em massa da população – já acontece desde o início do projeto colonizador (DAVIS; TODD, 2017). É certo que, em 500 anos, nasceram novos sujeitos e formas de sociedade ocupando o mesmo território, especialmente a partir dos processos de independência no século XIX; mas o seu papel dentro do sistema-mundo colonial se desenvolveu com apenas esparsas e limitadas quebras. O ecocídio e suas consequências eram uma realidade da reprodução do capital para as populações indígenas no século XVII e seguem sendo para as populações latino-americanas – principalmente as indígenas – no século XXI, no qual o ritmo da devastação tende a se intensificar.

É possível postular algumas variáveis que influem nas manifestações da colonialidade do poder e do racismo ambiental em um dado território ou momento temporal, tendo como dada a contínua existência do sistema-mundo colonial em sua chamada época neoliberal. O alinhamento político de um governo pode determinar a sua disposição a entrar em relações de subserviência que o levam a dar mais valor aos ditames do capital nacional e internacional e à promessa de investimentos do que ao bem-estar da sua população, a preservação da sua paisagem e recursos naturais, e aos seus próprios regulamentos. Do outro lado, os fluxos do mercado podem direcionar ou não a procura de investidores por oportunidades com retorno exclusivamente de curto-médio prazo.

Além dos aportes do desenvolvimento capitalista e da colonialidade, um terceiro aspecto demanda atenção em uma análise do Projeto Mina Guaíba: a sua agressividade e displicência para com as condições ambientais locais precisam ser deslocadas da naturalidade e analisadas como fenômeno discreto. É preciso fazer crítica de um ponto de vista que

considere a natureza como coautora da história humana, e não como agente passiva, para poder expressar a carga política de processos apropriativos e destrutivos (ALIMONDA, 2011). Esse trabalho busca tecer o encontro dos estudos decoloniais e de desenvolvimento com essa crítica por parte da ecologia política, um ramo jovem das ciências sociais que estuda as inter-relações entre as sociedades humanas e os ecossistemas que as circundam.

Partindo da Conferência de Estocolmo em 1972 e da tomada de percepções sobre a realidade da mudança climática nos anos setenta, diversos sub-ramos das ciências sociais surgiram para ajuizar este acerto de contas da humanidade com o meio-ambiente – a história ambiental é notável entre eles, estudando como a presença do ser humano afetou os ecossistemas do planeta ao longo dos séculos. Mas, como a história ambiental se mostra indiferente a dinâmicas sociais e sociopolíticas, se mostra insuficiente para compreender as mudanças sofridas pelo continente americano desde 1500. Não vê em sua competência, por exemplo, distinguir se as florestas da Mata Atlântica foram desmatadas por trabalho livre ou escravizado para estabelecer o monocultivo açucareiro. Ela reduz o processo à transformação de um ecossistema em outro, mesmo enquanto reconhece que esta tenha se dado de forma agressiva. A ecologia política visa superar esse reducionismo, virando seu foco para a inter-relação das dinâmicas sociais humanas e do meio-ambiente (ALIMONDA, 2011).

A ecologia política surge, então, como um aprofundamento crítico aos estudos da influência antropogênica no meio-ambiente e no clima. Ela se contrapõe diretamente a abordagens neomalthusianas do tema – embora a antropóloga catalã Dolors Comas (2012) as coloque como um ramo divergente da própria ecologia política. Em vez de atribuir as mudanças climáticas e ecossistêmicas ao simples crescimento populacional, agindo para estudar, por exemplo, que variáveis influenciam taxas de fecundidade e emissões carbônicas por consumo, a ecologia política enxerga o que usualmente se separa como “sociedade” e “natureza” como em boa parte sobrejacentes. Assim como não é possível compreender uma sociedade sem entender o ambiente em que ela se gerou ou localizou, também não é possível hoje entender um ambiente sem compreender a que demandas e dinâmicas sociais ele foi sujeito. E não só isso; também se enfatiza como diversas sociedades são, por relações de simbiose e por autoconcepção, *parte conectada* do ecossistema que as sustenta.

O respaldo às cosmovisões indígenas e tradicionais tem grande espaço na ecologia política, em especial nas suas ramificações latino-americanas. O economista mexicano Enrique Leff (2003) fala de uma política da diferença, de uma ecologia política com um projeto social de promover a diversidade das comunidades autônomas. Há convergência entre esse projeto e os aportes propositivos da antropologia do desenvolvimento (ESCOBAR, 2007;

ESTEVA, 1996). Leff desenrola essa linha de pensamento: ele faz a proposta de uma *epistemologia política*, na qual mantém que conhecimentos locais, tradicionais e indígenas devem assumir o lugar de autoridade na elaboração de políticas e projetos de mudança. O que ele propõe efetivamente inverte a lógica do desenvolvimento: ao invés de ser imposto de cima para baixo, ele surge e acontece a partir da vontade das comunidades locais.

Outros aportes da ecologia política colocam o foco na *distribuição ecológica*: as dinâmicas políticas que ocorrem ao redor da distribuição de recursos naturais e da capacidade de sustento dos ecossistemas funcionam como chave para explicar as mudanças antropogênicas. É o caso do economista catalão Joan Martínez Alier, e, mais tarde, do próprio Arturo Escobar (ALIMONDA, 2011). Ao tratar da distribuição de recursos, o campo se aproxima da quase homônima economia política, mas conscientemente busca superá-la e apontar seus limites. Indo além da análise meramente econômica, a ecologia política também analisa as “dimensões de conflito” políticas envolvidas nesta distribuição e as “linguagens de valoração” culturais dos atores imbricados nessas disputas, nas quais o significado dos recursos disputados pode se revelar diferente e intraduzível. O marxismo clássico, que representa para o campo a expressão máxima da economia política, também passa por reavaliações: são resgatados o método materialista-dialético e a noção de crise, mas alguns postulados, como o papel da classe operária como sujeito revolucionário, ou, mais relevante, a crença no caráter virtuoso do desenvolvimento das forças produtivas, são tidos como “insustentáveis” (ALIMONDA, 2011).

Um terceiro ângulo, ainda, se aproveita dos aportes de Karl Polanyi para focar o debate na *apropriação* da natureza e do ser humano, que se dá por forma da mercantilização de terras e do trabalho (COMAS, 2012). Alimonda aponta que os “movimentos indígenas ‘ambientalizados’” não se configuram apenas como agentes do interesse próprio no palco da distribuição ecológica, mas também como resistência à multicentenária apropriação de seus territórios. Seria impossível entendê-los sem o contexto histórico da colonização.

De fato, um contexto histórico imprescindível para a ecologia política latino-americana é a colonialidade da natureza – um processo sócio-histórico que descreve os métodos de dominação e exploração destrutiva que impactaram não apenas as sociedades e habitantes originários do continente americano, mas também, de forma diretamente proporcional, seus ecossistemas não humanos. Pode-se citar a imposição de monoculturas exóticas, como a cana-de-açúcar, no lugar da biodiversidade local; o desmatamento de selvas em favor da expansão agropecuária; ou o arrasamento das terras pela mineração. Leff afirma a tendência da colonialidade a “la destrucción del sistema de recursos y la degradación del

potencial productivo de los ecosistemas que constituyen la base de sustentabilidad de las fuerzas sociales de producción de estos países” (ALIMONDA, 2011, p. 51) – efetivamente os condenando ao subdesenvolvimento.

Os dois diferentes campos das ciências sociais latino-americanas resumidos nessa seção não são abordagens contraditórias entre si; pelo contrário, no mesmo grau em que seus ramos são entrelaçados, contam, ainda, com frutos que se complementam. A antropologia do desenvolvimento e a ecologia política serão usadas em conjunto nesse trabalho para compreender o Projeto Mina Guaíba – um megaprojeto em que a lógica do desenvolvimento e o impulso ecocida parecem também caminhar juntos.

2.2 (Des)encontros com o desenvolvimento

Esta seção referencia alguns estudos de caso de projetos de desenvolvimento no Brasil e na Argentina, expressivos do modelo desenvolvimentista-colonial na América Latina. Nem todos se tratam de projetos de mineração; de fato, dois abordam projetos agroindustriais na província argentina do Chaco (QUINTERO, 2010; 2015b); um terceiro recapitula o processo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (FLEURY, 2013); enquanto apenas um estudo aborda um projeto de mineração na província argentina de Mendoza (WAGNER; GIRAUD, 2011). Entretanto, todos compartilham de traços semelhantes no caráter em que se apresentam como projetos de desenvolvimento – especialmente ao antagonizar as populações locais, gerando mobilização de resistência, e ao apresentar impactos adversos aos ecossistemas locais. Mais além, eles também utilizam da mesma lógica ao criar um imaginário de melhorias econômicas para seus proponentes e afetados, que, em nenhum dos casos, se concretizaram de forma plena.

O projeto agroindustrial na região argentina de El Impenetrable (QUINTERO, 2015b), analisado a partir de seu planejamento em 2011, mostra um microcosmo do modelo de desenvolvimento aplicado à América Latina. A região é cobiçada por empreendedores por suas vantagens naturais, como o solo fértil; no entanto, é remota dos fluxos de circulação da economia nacional ou internacional. Nesse caso específico, o empreendimento ocorre por investimento estrangeiro direto (IED) da empresa saudita Al-Khorayef; por não ter avenidas fáceis para reinvestir seu capital, a empresa decide empenhá-lo na integração de uma região marginal ao capitalismo global.

O investimento proposto estaria na casa de 400 milhões de dólares. O projeto tomaria uma área de até 212 mil hectares de floresta subtropical para a plantação de soja, trigo e

sorgo. Para a irrigação, necessitaria da canalização do rio Bermejo. A previsão era de que o projeto, além de uma receita considerável para a província, gerasse cerca de 1.500 empregos locais – no entanto, mais de 2.000 unidades domésticas, majoritariamente camponesas e indígenas, sofreriam impactos em suas condições de vida e práticas de produção.

A resistência a partir das comunidades locais, especialmente as comunidades indígenas, fez com que o governo da província do Chaco pausasse temporariamente o projeto para articular sua implantação. Então, utilizou-se de estratégias variadas para cooptar as comunidades: ofereceu empregos no projeto para os moradores e criou uma associação integrada por indígenas favoráveis à proposta, de forma a imbuí-la de legitimidade. A cooptação de parte dos indígenas permite o seguimento do projeto, mas a maioria da população segue contrária a ele, gerando um conflito dentro da comunidade.

Apesar dos gestos simbólicos, as condições do projeto não mudaram. Quintero ressalta que, além dos empregos oferecidos serem contingentes à fase de instalação, boa parte da receita adquirida pela província teria que ser reinvestida em infraestrutura para o projeto, como a canalização do rio. Todo o planejamento é voltado à exportação dos produtos agrícolas, em vez de efetivamente integrar a região ao mercado interno. O modelo de desenvolvimento no Chaco, explica Quintero, consiste no avanço dos interesses da elite criolla terratenente. E o poder dessa elite é colonial; seu solapamento das comunidades indígenas não é apenas uma coincidência, mas o seu *modus operandi* para crescer.

Em outro artigo, Quintero (2010) analisa dois episódios separados envolvendo a comunidade indígena La Estrella, na bacia média do rio Pilcomayo. Ambos são reveladores sobre os processos de desenvolvimento e seus impactos, em especial seu potencial de agravar conflitos sociais. O primeiro episódio diz respeito a um projeto de infraestrutura: a ponte fronteiriça Misión La Paz – Pozo Hondo, em 1997. O segundo foi a implementação do Projeto Piloto de Agricultura com Irrigação, entre 2005 e 2007.

O projeto referido no primeiro episódio foi, a princípio, veementemente repudiado pela população indígena de Misión La Paz, a comunidade demarcada na região. Não apenas isso – o projeto também enfrentava a dificuldade de abrir centenas de quilômetros de estradas por terreno intransponível para tornar o uso da ponte viável. Quintero identifica nisso uma certa inversão lógica: o *ethos* do desenvolvimento dá ao projeto valor simbólico em si próprio, compensando o custo material de derrotar os obstáculos apresentados pela natureza e pelas sociedades locais. O projeto é planejado, e, só então, são averiguadas as condições concretas de sua implementação; mesmo quando os reveses anulam ou até superam os ganhos

esperados, o valor simbólico do desenvolvimento enviesa o cálculo e incentiva os planejadores a seguirem em frente, visando a necessidade de crescimento.

Os conflitos com a comunidade Misión La Paz chegaram a seu cume com a tomada pacífica das obras da ponte por mais de mil manifestantes, entre locais e delegados de outras comunidades indígenas. Após um quadro de tensão agravado por narrativas estigmatizantes por parte da mídia, o governo provincial conseguiu a desocupação das obras com a promessa do título de propriedade comunitária para os povos locais. Mas, apesar dos indígenas cumprirem sua parte com a desmobilização, o governo não fez o mesmo. A ponte foi construída e o título não foi concedido. Ao mesmo tempo, no entanto, não foram abertas as estradas e a ponte não abriu caminho para investimentos na região – servindo apenas como um zigurate, militarizado e com posto de alfândega, à presença do desenvolvimento.

A aceitação dos termos de governo e a posterior política de conciliação praticada por um novo cacique alienaram algumas das famílias mais engajadas da comunidade Misión La Paz. Elas abandonaram a terra e fundaram uma nova comunidade rio acima, chamada La Estrella (*Kates*, na língua chorote). Essa comunidade, por ser formada no âmbito de um processo político – diferente das demais comunidades da região, consolidadas pelo poder colonizador do estado ou da igreja –, desenvolveu formas políticas próprias. Faziam suas decisões em assembleias participatórias, por exemplo, e recusavam a liderança de um cacique.

Surgiu então, em 2005, a proposta de um projeto de alta tecnologia para cultivo de pimentão, com a participação do Banco Mundial, de organizações de caridade, e das embaixadas da Austrália e de Israel. Esse projeto teria impactos fortes sobre a organização de La Estrella: transferiria parte da autonomia política da comunidade para decisões unilaterais da representante do projeto, concederia posição de poder a alguns indivíduos e famílias encarregados do projeto, e prejudicaria o plantio de gêneros alimentícios em favor do pimentão, direcionado ao mercado. Tudo isso de fato aconteceu seguido à instalação. No entanto, a comunidade teve sucesso em ressignificar e tomar controle, até certo ponto, desse projeto de desenvolvimento; quando seu objetivo principal, a venda dos pimentões no mercado, fracassou, ameaçando deixar a comunidade para arcar com os custos da instalação sem o rendimento prometido, os seus moradores distribuíram o produto entre si e o venderam por conta própria, mantendo controle de suas práticas de vida.

No Brasil, a partir de programas de desenvolvimento desenhados pela ditadura civil-militar na década de 80, surgiu o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. No Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, constava o grande potencial hidrelétrico da bacia do rio Xingu; era considerada prioritária para o período contemplado a construção de duas

usinas, Altamira e Belo Monte (então chamadas Babaquara e Kararaô), que concentravam entre elas cerca de 70% do potencial hidrelétrico explorável na bacia amazônica.

Quando os governos do final da década anunciaram o projeto, houve um grande salto na mobilização local e nacional pelos direitos dos povos indígenas na região, postos em cheque pela instalação; essa mobilização culminou no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, evento notório que produziu a imagem mundialmente famosa da indígena Kayapó Tuíra estendendo um facão contra o diretor da empresa contratada Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes. Para a antropóloga Lorena Fleury, cuja tese de doutorado (2013) embasa essa exposição, o evento marcou uma profunda mudança de perspectivas no que diz respeito à Amazônia. O termo “socioambiental”, descritor de um modelo de proteção do meio-ambiente distinto do “modelo Yellowstone” – que diz respeito à conservação de uma natureza “intocada” –, adquiriu vigência nesse momento; associadamente, houve uma virada em como são entendidos predominantemente os povos tradicionais. Antes considerados um entrave ao desenvolvimento e ligados à ideia de “atraso”, passam a ser considerados uma força progressista pela defesa da natureza.

Após a forte mobilização, o projeto foi suspenso, em parte pela repercussão ter tornado inviável conseguir o financiamento necessário do Banco Mundial. Mas, ao longo dos próximos vinte anos, o governo não desistiu da sua realização; pelo contrário, continuou a estudar condições e fazer adaptações ao projeto original para conseguir executá-lo. Isso fez com que o projeto de Belo Monte ressurgisse no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos governos Lula e Dilma, com movimentos para seu licenciamento a partir de 2009. O hiato não significou uma desarticulação da luta indígena e socioambientalista local; durante os vinte anos, continuaram existindo suspeitas da aproximação do projeto, e foram organizados “protestos, seminários e cartas abertas” (FLEURY, 2013; p. 41) para expressar sua rejeição.

Em 2009, após a publicação do edital de audiências públicas para a Usina de Belo Monte, um grupo de 38 especialistas publicou, em oposição ao projeto, o “Painel de Especialistas – Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Elétrico de Belo Monte”, compilando artigos com suas contestações e questionamentos dos dados trazidos no EIA-RIMA do projeto. Ao longo das audiências públicas, o embate permaneceu ferrenho em âmbitos político e jurídico, adquirindo projeção nacional – mas sempre liderado pelas comunidades indígenas do Xingu.

A concessão da licença prévia permitiu que fosse instalado um canteiro de obras com equipamento e outros preparativos antes que a usina em si fosse licenciada. Conduzida de forma extremamente célere, teve um efeito de “*lock-in*” no avanço do projeto; embora a resistência

continuasse forte, as autoridades consolidaram sua posição conforme as máquinas foram entrando, e, em 2011, a licença de obras foi aprovada. A usina foi oficialmente aberta em 2016. Os paralelos entre Belo Monte e o Projeto Mina Guaíba enquanto megaprojetos de desenvolvimento serão abordados mais a fundo no terceiro capítulo.

Como último exemplo, o projeto de mineração Potasio Rio Colorado (PRC), em Mendoza, demonstra como o modelo desenvolvimentista-colonial é também enraizado na exploração da natureza e como ele pode ser resistido por seus impactados (WAGNER; GIRAUD, 2011). Envolvendo a mineração de cloreto de potássio por dissolução, o projeto envolvia o consumo de 1 milhão de m³ de gás por dia – efetivamente dobrando o consumo de gás da província –, 1 m³ de água por segundo, e 78 megawatts de eletricidade. Como resíduo, deixaria uma pilha de 120 milhões de toneladas de sal a apenas 4 km do rio Colorado. E, para toda sua escala, geraria apenas 386 empregos e rendimentos diminutos para os cofres públicos, a depender de uma regulação tributária que ainda não existia.

As avaliações de impacto apresentadas pela empresa Rio Tinto foram sistematicamente insuficientes. Isso foi expressado por organizações socioambientais, grupos de vizinhos, e outros representantes da população na audiência pública do projeto na cidade de Malargüe. Entre as preocupações trazidas por especialistas, figuravam a possível contaminação do rio Colorado pela pilha de sal, irregularidades que prejudicavam a consulta pública dos dados apresentados pela empresa, e o destino do potássio – servindo como insumo para a preparação de fertilizantes, houve questionamento sobre por que o produto seria explorado em grande escala para exportação, em vez de planejar uma exploração em menor escala para abastecer a agricultura argentina permanentemente.

Para além da audiência pública, e com os trâmites de licitação em curso, movimentos sociais engajados em causas ambientais fizeram uma série de ações e intervenções em espaços públicos – buscando não apenas manifestar repúdio à construção da mina, como também informar a população geral, que pouco havia ouvido sobre o processo. A visibilidade ajudou fortemente a reforçar o movimento contrário ao projeto; além de cidadãos de outras províncias que dependiam da água potável do rio Colorado, grupos estrangeiros de resistência à Rio Tinto e à megamineração se uniram às assembleias em Mendoza.

La experiencia de conocer estas otras luchas contra Río Tinto y Angloamerican en el mundo, con realidades mucho más dramáticas que la del proyecto PRC, reforzó en toda la Asamblea Popular por el Agua del Gran Mendoza el espíritu de resistencia a esa transnacional, y la conciencia de que la resistencia local cobraba más sentido aún en el marco de una lucha global. (WAGNER; GIRAUD, 2011, p. 279)

Mesmo com uma série de concessões feitas pelos planejadores, como a priorização de mão de obra mendoncina, a permissão para reutilizar a pilha de sal, e a garantia de compensação tributária adequada, o projeto não foi adiante (REDAÇÃO MÁS ENERGÍA, 2022). Um fator que pode explicar, e que também vem a figurar no Projeto Mina Guaíba, é de sua simples inviabilidade frente a um escrutínio sério. A título de exemplo, uma questão crucial, o consumo de gás – e seus desenrolamentos, como a factibilidade de integrar a mina aos planos diretores de uso de recursos da província e região –, jamais foi respondida. Simplesmente não existe viabilidade de tal consumo. A única maneira de instalar a mina seria se tal questão fosse ignorada – e foi nisso que a mineradora bancou suas esperanças.

3 CAMPO E CIDADE: AGENTES DA RESISTÊNCIA CONTRA A MINA GUAÍBA

Esta seção coleta entrevistas de agentes relacionados ao Projeto Mina Guaíba nas comunidades estudadas. Foram entrevistados dois membros do Comitê de Combate à Megamineração e duas trabalhadoras rurais que vivenciaram e se engajaram na mobilização a partir do Assentamento Apolônio de Carvalho.

Todas as entrevistas foram gravadas e tiveram duração de cerca de uma hora. Conforme descrito na introdução metodológica, foi seguido um formato semiaberto, com uma lista de questões pré-determinadas juntamente com espaço para aprofundar temas e linhas de pensamento surgidas durante a entrevista. Todos os participantes foram informados sobre o escopo e o tema deste trabalho, e deram consentimento para o uso dos seus nomes e para que suas falas fossem reproduzidas aqui.

O objetivo das entrevistas foi duplo: coletar informações e também perspectivas sobre o Projeto Mina Guaíba. Por se tratar de um processo recente, e pelo seu caráter controverso e disputado, há muito sobre a Mina Guaíba que ainda não figura em documentação escrita. Torna-se necessário consultar com fontes envolvidas no processo para tão simplesmente conhecer os fatos. Mas, por se tratar de um trabalho interpretativo, é fundamental conhecer não só os fatos, como também as experiências vividas e os relatos subjetivos dos agentes do processo.

3.1 A resistência vista do Comitê

Os entrevistados ligados ao Comitê de Combate à Megamineração foram os pesquisadores Eduardo Raguse Quadros e Camila Dallagnese Prates. Eduardo é engenheiro ambiental, membro das entidades ambientalistas Ama Guaíba e Amigos da Terra; já havia trabalhado com o enfrentamento aos projetos hidrelétricos de Barra Grande, Itá, Garabi e Paiquerê, e estudado o processo socioambiental da produção de celulose, desde os monocultivos de eucalipto até os impactos da fábrica. Cita suas ligações familiares na região carbonífera de Butiá, hoje estagnada, como um motivador para se envolver com outro projeto de extração de carvão. Camila, por sua vez, é socióloga especializada nas linhas da sociologia ambiental e dos estudos sociais de ciência e tecnologia; sua experiência inclui pesquisa com as comunidades reassentadas pela Usina Hidrelétrica Dona Francisca na região de Agudo-RS, com as controvérsias do licenciamento da usina de Belo Monte, e com a expansão minerária no estado do RS. Ambos são membros fundadores do Comitê e se envolveram fortemente na

mobilização contra a Mina Guaíba: compuseram laudos técnicos em questionamento ao EIA-RIMA da empresa, fizeram parte do grupo de organizadores do documento do Painel dos Especialistas, e contribuíram em grande medida para as atividades do Comitê.

O envolvimento com o Projeto Mina Guaíba veio através de uma rede de contato ampla de movimentos sociais e entidades ambientalistas. Eduardo relata que haviam rumores da tramitação do projeto na segunda metade de 2018 – antes da sua apresentação oficial pelo governo Sartori em almoço com prefeitos (CAMARGO, 2019). A oposição formal só começou a se montar em 29 de maio do ano seguinte, numa reunião chamada pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outras organizações. Sediada no prédio da Associação do Pessoal da Caixa (Apcef/RS), essa reunião teve o sentido de agregar os movimentos e indivíduos que poderiam contribuir para essa oposição e *expor* o processo em andamento da Mina Guaíba – que até então andava a passos largos, tendo sua primeira audiência pública já sido realizada em Charqueadas com parca repercussão midiática. A falta de transparência, ou a *discrição*, já é aí identificada como um traço que permeia as ações e estratégias da empresa ao longo do processo (RAGUSE; PRATES; ALT, 2022).

A data da reunião deu ao grupo de especialistas apenas um mês para elaborar e apresentar seus pareceres técnicos, dividindo entre si a análise crítica do EIA de mais de seis mil páginas. Mesmo com o tempo escasso, não foi difícil encontrar “erros crassos”, “inferências generalizantes errôneas”, e “senso comum travestido de argumentos que se pretendem científicos” (frases expressas por Camila; daqui em diante denotadas com a inicial do entrevistado). Ambos os entrevistados destacam o juízo de valor feito pelos relatores ao dizer que as comunidades afetadas não tinham “qualidade de vida” (C) ou “dignidade humana” (E). Essa afirmação é rebatida no Painel de Especialistas (PRATES; VARGAS; ALMEIDA; FLEURY, 2019); no entanto, vale ressaltar sua significância no contexto dos estudos críticos do desenvolvimento, que será mais amplamente abordada no capítulo final. Eduardo aponta que a expressão de tal perspectiva pela empresa, uma vez externada por um representante em audiência pública, serviu inclusive para galvanizar a resistência das comunidades.

Tão impreciso é o EIA, na verdade, que para os pesquisadores pareceu evidente seu não comprometimento com métodos e critérios científicos. Sua intenção parecia ser, tão simplesmente, legitimar um empreendimento ecológica, social, e economicamente inviável. Camila afirma que o recorte das terras indígenas circundando a mina mostra o olhar de um

especialista, mas sistematicamente distorce o mapa para não prejudicar a aprovação do projeto. Já Eduardo vai mais além: em sua experiência, *todo* EIA-RIMA de um projeto de desenvolvimento, caso venha a ser analisado por um grupo independente, vem a apresentar “lacunas, falhas, erros de metodologia, e muitas vezes até dados mentirosos”. A atividade do Comitê, portanto, não assume apenas o caráter de debate técnico – mas de uma batalha política, jurídica e midiática para que seus contra-argumentos técnicos sejam considerados.

Isso justifica a estrutura organizacional do Comitê, dividido ele próprio em frentes política, midiática, e técnica – essa última contendo uma subdivisão jurídica, responsável por acompanhar prazos e protocolar formalmente as demandas produzidas pelo movimento. Após a apresentação inicial dos contra-laudos, e com fervoroso engajamento pelos participantes do Comitê, houve condições para ampliar suas atividades por essas linhas. A frente política atuou para articular o apoio do Ministério Público Estadual (MPRS) e Federal (MPF), de organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), de procuradores e de representantes eleitos. A frente midiática, além de assegurar e amplificar a cobertura do movimento pela imprensa, também produziu materiais como camisetas, *bottoms* e *cards* (um destes *cards*, produzido ainda em 2019, especulava um futuro em que porto-alegrenses precisariam usar máscaras respiratórias para caminhar na Praça da Redenção – uma imagem que se tornou pungente na posterior pandemia de COVID-19, expondo o perigo de fragilizar a saúde respiratória da população). Já a frente técnica começou a mirar na elaboração de um Painel de Especialistas, trabalhando e fazendo estudos de campo para tornar mais robusta a pesquisa já feita.

O Painel de Especialistas é uma das ferramentas que foi utilizada na luta contra a Usina de Belo Monte e reutilizada contra a Mina Guaíba com o aval de ativistas contra a hidrelétrica, como a antropóloga Sônia Magalhães. No caso da Mina Guaíba, consiste num documento com cerca de 240 páginas agregando estudos de diversas áreas sobre os impactos da mina; conta com análises de ordem física, química, geológica, zoológica, botânica, social, econômica, antropológica e médica, além de anexar trechos de legislação nacional e internacional e de ofícios de órgãos contrários à instalação. Lançado no dia 10 de dezembro de 2019, Dia Internacional dos Direitos Humanos, em evento com palestrantes na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, o Painel contou com publicação impressa e digital. Camila frisa que o Painel não tinha, de forma alguma, o objetivo de “ensinar a empresa a fazer ciência” – não haveria propósito, pois a empresa conta com técnicos treinados. No lugar, o objetivo era de expor criticamente as incongruências do EIA-RIMA e levantar questões que,

caso respondidas com veracidade, não permitiriam a instalação da mina. Para ser respondidas, elas forçariam a empresa a produzir “um bom Estudo de Impacto Ambiental” (C).

As atividades do Comitê de exposição crítica das limitações do EIA-RIMA, de agregação de diferentes setores e comunidades locais, e de convocação de novas audiências públicas com ampla participação, mesmo boicotadas pela FEPAM e pela Copelmi, foram capazes, para Camila, de conquistar uma espécie de avanço democrático. O confronto entre os argumentos científicos da frente técnica e a intransigência da empresa, determinada a levar adiante o projeto, revelou fragilidades nos protocolos existentes de licenciamento ambiental. É importante ressaltar o caráter intransigente do empreendimento porque “tinha potencial para a briga ficar mais feia” (C) – vide a experiência de Camila com a Usina de Belo Monte, em que se chegou a um ponto em que “não tinha discussão” com a empresa Norte Energia. A pesquisadora tem consciência de que, ao longo de todo o processo, e mesmo com as críticas embasadas e devidamente protocoladas dos especialistas, era possível a empresa “colocar uma pedra por cima e tocar adiante”. Mas isso não aconteceu.

As ‘audiências de guerrilha’ convocadas pelo Comitê, pelo contrário, quiseram provar que é possível e necessário um espaço de discussão dentro desse processo. Houve audiências sediadas na OAB, no MPF, na Assembleia Legislativa (ALERGS), e no assentamento Apolônio de Carvalho. Apesar do seu caráter extraoficial, não tendo o aval da FEPAM, o grande comparecimento e interesse por parte da população as tornou “um fato social” (C), impossível de ignorar. Camila faz questão de ressaltar que o movimento não é oposto ao processo de licenciamento ambiental, o qual descreve como “veementemente atacado” no último período – mas que trabalha com conceitos como justiça ambiental e racismo ambiental para lutar pela visão política de um processo “mais justo, mais cientificamente correto, que pode fazer processos que denotem mais segurança ambiental, segurança social... que eles não podem fazer uma tragédia anunciada como a Mina Guaíba”.

De fato, ambos os entrevistados foram veementes em expressar seu choque não apenas com o teor, mas também com a escala do Projeto Mina Guaíba. Para Camila, que, além de seu trabalho com o processo de licenciamento da usina de Belo Monte, atualmente estuda os impactos dos afundamentos causados pela extração do sal-gema em Maceió, incluindo o desalojamento de dezenas de milhares de pessoas (SALES, 2022), a mina, caso instalada, teria um impacto socioambiental comensurável a esses casos. Eduardo avalia que a Mina Guaíba é apenas um dos exemplos mais monstruosos de um novo patamar de projetos de mineração no estado – a chamada *megamineração* na “nova fronteira mineral” do Rio Grande do Sul, com a qual a legislação atual está muito mal-equipada para lidar:

A legislação ambiental do estado trata projetos a partir de 120 hectares como de tamanho excepcional... o legislador não imaginou que teria projetos maiores que isso. E os projetos que começam a surgir todos têm acima de 1.000 hectares. O Projeto Mina Guaíba tinha 5.000 hectares. O Projeto Retiro, em São José do Norte, para extração de titânio, chega a 12.000 hectares em sua fase completa... (E)

Usando de novas tecnologias, as empresas investem somas astronômicas em pesquisas do subsolo gaúcho. Eduardo estima que há mais de 20 mil processos de pesquisa em mineração em andamento na Agência Nacional de Mineração no Rio Grande do Sul (ANM/RS). Mas além da mera existência de reservas inexploradas, que argumentos sustentam o avanço da megamineração? No caso específico da mineração carvoeira, o Comitê veio de encontro com o argumento da *segurança energética*, empregado pelos engenheiros da Copelmi. Esse argumento postularia que, por causa da falibilidade da grade hidrelétrica em períodos de seca, é necessário suplementá-la com uma produção de energia constante suprida por termelétricas. Embora simultaneamente o contexto das mudanças climáticas pressione pela redução e subsequente eliminação do uso do carvão, os engenheiros justificam que essa é uma tarefa para os países desenvolvidos, que já exploraram suas próprias reservas. O Brasil, subdesenvolvido, precisaria da segurança energética que esses países tiveram para se desenvolver.

Qual foi, para o Comitê, o prego crucial no caixão do Projeto Mina Guaíba? Embora haja certeza que “a mobilização, tanto técnica quanto jurídica” (E) foi um fator fundamental, ainda sobra especulação sobre o que, exatamente, freou o avanço da megamineração em Porto Alegre. Uma das dificuldades de determinar está, justamente, no volume de erros contidos nos estudos e relatórios submetidos pela mineradora. Embora o processo de licenciamento tenha sido anulado pela 9ª Vara Federal devido à sobreposição com a área da aldeia Guajayvi, a FEPAM posteriormente arquivou o projeto devido à não apresentação de informações e estudos complementares solicitados (g1 RS, 2022). O órgão tinha enviado à empresa um laudo com mais de cem itens para responder; o prazo, que a empresa não cumpriu, era o dia em que foi marcado o lançamento do Painel de Especialistas. Acostumada a encontrar pouca resistência para seus megaprojetos, talvez a Copelmi não esperasse que seus estudos fossem lidos ou que um movimento organizado em muitas frentes forçaria as autoridades a prestar atenção.

3.2 A resistência vista do Assentamento

No Assentamento Apolônio de Carvalho, foram entrevistadas Jaqueline Argolo e Adeles Bordin. Jaqueline é filha de agricultores, e, como tal, participa do MST desde a infância, nos anos 80. Ela fez parte do grupo fundador do assentamento em 2007, saiu para trabalhar em Eldorado do Sul durante alguns anos na Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap), e retornou em 2015, permanecendo lá desde então com seu companheiro e seu filho adolescente. Adeles, também filha de agricultores, é especialista em permacultura e bioconstrução. Ela foi morar no assentamento junto com seu marido em 2016; embora mais recentemente tenham deixado de viver lá, ela foi ponta de lança da resistência contra o Projeto Mina Guaíba em 2019.

O assentamento, que ocupa 900 hectares, abriga 72 famílias dedicadas à agricultura do arroz orgânico ou convencional, hortas vegetais e alguma produção pecuária. É dividido em 35 lotes individuais (12 ha), 37 lotes rurais (10 ha), e 3 lotes comunitários, além de lotes pararurais (2 ha) e áreas de preservação. Previamente à fundação do assentamento, em 2007, o proprietário da terra a utilizava para lavagem de dinheiro e a deixava incultivada e improdutiva. Não a vendo em cumprimento de sua função social, famílias sem-terra participantes do MST passaram um longo período lá acampadas – até que, por fim, o governo tomou a terra, indenizou seu proprietário, e concedeu seu uso às famílias dentro do programa constitucional da reforma agrária.

Embora tenham enfrentado as dificuldades associadas ao nascimento de uma comunidade em um lugar baldio, os assentados conseguiram apoio dos programas estatais Minha Casa Minha Vida e Luz Para Todos para assegurar habitação e eletricidade; estabeleceram também serviços de saneamento básico, patrolamento das vias, ônibus escolar, bibliotecas e igrejas. O assentamento conta com técnico agrícola, técnico em contabilidade, professores e um veterinário formado. A maioria das famílias obtém água com poços artesanais rasos; há um poço artesiano industrial, mas falta encanamento para distribuir sua água a todos os lotes. Os cultivos das famílias suprem suas necessidades alimentares e geram excedentes para venda. A localização do assentamento, a cerca de 22 km do centro de Porto Alegre, fornece fácil acesso aos serviços da capital e ao seu mercado consumidor.

Nos relatórios da Copelmi, no entanto, aparece uma imagem distorcida. Jaqueline relata que, em 2011, o assentamento foi visitado por pesquisadores de uma empresa contratada, que fizeram um levantamento demográfico e socioeconômico – perguntaram sobre o número de moradores por residência, o acesso a água potável, eletricidade, escolas, entre

outros critérios avaliativos. Outros pesquisadores retornaram para complementar o levantamento em 2014. Mas quando houve acesso público aos relatórios, em 2019, percebeu-se que o grosso dos dados coletados dizia respeito a um assentamento jovem – que o Apolônio era, nos anos da coleta – e não tinham sido atualizados. As moradias permanentes de alvenaria ainda estavam em construção, e os assentados viviam em moradias temporárias de madeira. Muito da infraestrutura ainda não tinha sido instalada. Os pesquisadores também fizeram inferências errôneas e preconceituosas, afirmando, por exemplo, que os assentados viviam muito abaixo da linha da pobreza, e que as crianças caminhavam quilômetros para ir à escola – Jaqueline rebate que seu filho pegou ônibus escolar na frente de casa a sua vida inteira.

Em ambos os encontros, os assentados foram avisados que a finalidade da pesquisa era um projeto de mineração carvoeira. Isso contribuiu, especialmente a partir do retorno dos pesquisadores em 2014 – que marcou a abertura formal do processo da Mina Guaíba –, para criar uma espécie de “fantasma” para parte da comunidade: a mina iria vir, estava determinado e não havia o que fazer. Um dos motivos para essa crença se instalar tem a ver com a própria história da comunidade: eles haviam passado anos acampados, e o sonho da terra já parecia distante quando foi conquistado. Procedia, então, que seria um sonho fugaz, e que logo chegaria a hora de ir embora novamente. Adeles aponta que ainda é possível distinguir as famílias que deixaram de pensar no assentamento a longo prazo porque acreditaram que a mina ia se instalar: elas não plantaram árvores em seus lotes.

Quando o projeto começou a avançar, em 2019, parecia uma realidade consumada. E a Copelmi, ao tentar abafar as audiências públicas, parecia querer atrasar ao máximo a chegada da informação de maneira que o assentamento só soubesse da iminente instalação da mina quando fosse tarde demais para se opor. Adeles recorda que o alerta veio de um vereador simpático à causa – já às vésperas da primeira audiência pública, em Charqueadas. Dada a divulgação insuficiente dessa audiência para as comunidades afetadas, foi articulada uma liminar para impedir sua realização na data marcada. No entanto, com apenas vinte minutos de antecedência, a liminar foi derrubada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). As únicas vozes opositoras que conseguiram se fazer presentes, às pressas, foram Adeles, quatro outros representantes do assentamento, e um representante da ONG ambientalista internacional 350.org. Para legitimar a posição da Copelmi, pelo outro lado, foram levados ônibus inteiros de mineradores com o uniforme da empresa.

Ninguém sabia nem que tinha um pedido de mineração ali, sabe. Ninguém sabia de nada! Nem Greenpeace sabia, Agapan [Associação Gaúcha de

Proteção ao Ambiente Natural], nenhum movimento ambiental de Porto Alegre tinha noção que tinha um pedido de mineração ali no Delta do Jacuí. Era um segredo velado a quatro chaves... a gente foi pedir ajuda e ninguém sabia, todo mundo ficou apavorado, “como assim?!”. O MPF, que acompanhou muito nós lá, disse assim: “É, é muito estranho, porque isso tava completamente parado, engavetado, ninguém ouvia falar, e de repente veio com tudo”. (A)

Uma semana antes da audiência, com o assentamento já alertado, a Copelmi decidira enviar seus representantes para entregar um convite formal e se reunir com a comunidade na sede da Cootap. Nessa reunião, foram passados slides defendendo a perspectiva da empresa, feitas demonstrações – como um pedaço de carvão mineral, apresentado com a frase “Gaúcho não gosta de churrasco? Então tem que gostar de carvão!” –, e circulada uma ata para ser assinada pelos assentados. O assessoramento jurídico do assentamento solicitou que não assinassem – argumentando que era “completamente ilegal” (A) o caráter unilateral da reunião. No lugar, os próprios assentados divulgaram e pediram aos representantes que assinassem “um documento dizendo que aquela reunião era completamente informal, que não interferia em nada na decisão do assentamento concordar ou não com a mina” (A), para que sua presença na reunião não fosse documentada por estes como um consentimento implícito. Eles se recusaram a assinar.

Não tendo adquirido consentimento, a Copelmi se empenhou em manufaturá-lo. Rapidamente a empresa foi capaz de mapear quais famílias apoiavam o projeto e, então, lançou mão de uma miríade de estratégias – muitos deles ainda ocultos, conhecidos apenas por suspeitas. É de conhecimento amplo, por exemplo, que um grupo de famílias assentadas – chamado Famílias de Bem – tenha visitado sítios de mineração recuperados (TRAININI, 2019) e organizado uma celebração de Natal para as crianças separada da festa comum do assentamento. De acordo com a Copelmi, mais de 80% das famílias apoiavam a instalação; mas isso foi refutado por uma pesquisa do MPF, que determinou que o clima predominante era a favor de permanecer:

Além de toda a questão do meio-ambiente, que iria destruir, a questão muito de incerteza do que ia ter na vida. O que as famílias respondiam era isso, assim: “hoje eu tenho onde dormir, eu tenho onde almoçar, eu tenho onde tomar café. E se saio, eu vou ter o quê?” Então essa foi a grande pergunta que nunca houve uma resposta... A maioria geralmente dizia: “olha, eu prefiro ficar onde eu estou do que ir para um indefinido”. (J)

Permanece, ainda na esfera das suspeitas entre os demais moradores, a possibilidade da Copelmi ter promovido reuniões secretas dentro do assentamento, envolvendo doações

peçoais de cestas básicas; de ter financiado a construção de uma igreja com ar condicionado para comprar apoio; e até mesmo de ter infiltrado uma moradora no assentamento – que chamou atenção por ser muito vocalmente a favor da mina, mas ter surgido pouco antes do processo de licenciamento e sumido logo depois.

As famílias contrárias, por sua vez, tomaram parte em uma ampla mobilização campocidade. Através do MST, foram capazes de entrar em contato com outros movimentos sociais, como o MAM e o MAB, e a partir daí articular as ações de resistência. O papel do Comitê foi de agregar esses movimentos em eventos e reuniões regulares, além de fornecer embasamento técnico para a oposição:

O Comitê foi fundamental nesse sentido que eram todos pessoas com conhecimento, conhecimento do que que tava errado no projeto... todas essas pessoas se uniram dentro do Comitê para levar esses estudos em contrapartida do que estava sendo apresentado no projeto. [...] O Comitê apontava os erros nos projetos e a gente ia analisando e ia poder conversar sobre. [...] Sem estudos, sem contrapartida dos estudos e apresentar para a FEPAM, não ia ter como barrar nada, [a Copelmi] ia poder falar o que tavam falando, que era um monte de problema. (A)

Quando a gente ia para as audiências que tu via que tu não tava errado naquele momento te dava mais força para ti participar, e mais força para ti voltar para conversar com as famílias. A gente tinha várias reuniões explicando, trazendo pessoas que entendiam do porquê não aceitar a Mina Guaíba. Não era um simples “por que não aceitar?”, mas a gente tinha esses estudos de pessoas que entendiam... a gente trouxe muita gente pra cá, teve grupos que vinham fazer o estudo, a gente conversava com as famílias, explicava... (J)

A mobilização se fortaleceu, ainda, através do contato com as demais comunidades afetadas pelo empreendimento. Moradores do Loteamento Guaíba City, vizinho ao assentamento, se fizeram presentes em eventos e reuniões. As aldeias indígenas tiveram forte engajamento também. Adeles descreve assim o contato com a Aldeia Guajayvi:

No primeiro momento, quem entrou em contato com a aldeia até fui eu com a dona Cirlei [do Guaíba City], que era conhecida do cacique. A gente foi lá e conversamos com o Cacique Cláudio... ele é um querido, Cacique Cláudio é um querido. E é uma pena, porque eles [da Copelmi] também foram lá e o Cacique recebeu eles super bem. Aí depois que a gente foi lá, a gente disse: “Cacique, não recebe mais essa gente!” E aí até depois ele não recebia mais ninguém, tinha que ligar, a dona Cirlei tinha que dizer “olha, fulano de tal vai ir”, porque ele tinha medo que pessoas da mina fossem lá meio disfarçados.

Quem teve mais contato com as aldeias depois disso, formando uma aliança campo-cidade paralela à que o Comitê tinha com o assentamento, foi a ONG 350.org. Tratando-se de uma organização internacional, seus recursos davam margem, por exemplo, para que fornecessem transporte de caminhonete aos indígenas para as audiências públicas. A organização paralela não significou, é claro, nenhuma espécie de racha no movimento; a mobilização tinha o mesmo sentido. Moradores das aldeias estavam presentes nos eventos do Comitê, e o Comitê não deixou de protocolar ações contra a mina movidas pelos indígenas.

O comprometimento da sociedade e dos próprios participantes foi fundamental para o movimento prosperar. Com o apoio de movimentos sociais, os assentados conseguiram caronas e o material para cartazes e faixas. Doavam do próprio tempo para comparecer às audiências, muitas vezes tendo que passar dias inteiros sem trabalhar nas suas plantações. “[A instalação] não aconteceu porque pessoas muito comprometidas e conscientes estavam lá sempre, nas audiências... Se tu fosse ver nas audiências, era sempre as mesmas pessoas...” (A).

O ponto específico que mais atraiu críticas das entrevistadas foi a inadequação do plano de reassentamento incluído no EIA-RIMA. Uma das vantagens usufruídas pelos habitantes do Apolônio de Carvalho é sua proximidade com Porto Alegre. Jaqueline demora apenas 25 minutos para chegar à sua feira, no bairro Três Figueiras; vendendo o produto direto ao consumidor, sua margem de rendimento é maior, e, por ter acesso ao mercado consumidor porto-alegrense, sempre consegue vender a totalidade do seu produto. Seria uma tarefa quase impossível para a Copelmi encontrar outros 900 hectares de terra para dar a 72 famílias sem piorar suas condições de vida. Então a Copelmi não o fez. Ao longo de todo o processo, os assentados não tiveram uma resposta clara da empresa sobre onde seria o local do novo assentamento. Pior ainda: como não havia para onde levá-los de imediato, eles seriam retirados gradualmente conforme as cavas da mina se aproximassem dos seus lotes – tendo que conviver no meio-tempo com maquinaria, poluição, e com o rebaixamento do lençol freático, que os faria depender da própria Copelmi para ter água potável.

“Emprego, desenvolvimento, PIB” – Adeles recorda assim as promessas que a Copelmi fazia para o projeto. Não surpreendentemente, a empresa tentou oferecer o mesmo para os assentados. Dava a entender que as famílias poderiam ter postos de emprego na Mina Guaíba; Jaqueline traz como contra-exemplo a mineração em Candiota, onde são empregados trabalhadores imigrantes, e a vasta diferença de funções entre o trabalho na agricultura familiar e em uma mina de carvão. Também era entendido pelas famílias apoiadoras que a Copelmi pagaria centenas de milhares de reais pelas suas terras, e muitas já buscavam o preço de outras para onde pudessem se mudar.

Como assentamento da reforma agrária, a terra do Apolônio de Carvalho é propriedade da união, com sua concessão de uso mediada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ao tentar negociar com famílias pelo seu reassentamento individual ou a possibilidade de compensação, mesmo em caráter indenizatório, a Copelmi incorreu em irregularidade. Isso é apontado no Painel de Especialistas em referência ao Guaíba City (PRATES; VARGAS; ALMEIDA; FLEURY, 2019), em que também se aponta o caráter antiético e proibitivo da negociação caso-a-caso de acordo com os próprios documentos que embasam o EIA-RIMA. No assentamento, ao tomar noção do que acontecia, o Incra agiu – impondo que a empresa, a partir daquele momento, negociasse com a entidade pelo reassentamento.

Isso surgiu como uma surpresa para os assentados – embora uma surpresa positiva – porque 2019 era o primeiro ano do governo Bolsonaro (PSL; PL). Havia sido sua Ministra de Agricultura, Tereza Cristina (DEM; UNIÃO; PP), que tinha movimentado o pedido de audiência pública dentro da FEPAM. Nas primeiras interações com a Copelmi, havia o medo de uma imposição autoritária – em especial quando os representantes chegaram no assentamento em uma caminhonete imponente, vestidos de terno preto, para entregar o convite à reunião na Cootap. Há um consenso de que o clima político de ascensão da extrema-direita contribuiu para dar ousadia às ações da Copelmi. Dentro do assentamento, a afiliação política governista, juntamente com a religião evangélica, indicava confiavelmente a inclinação de um morador a apoiar a Mina Guaíba.

Os impactos deixados no assentamento após o processo foram variados. Mesmo com os atritos causados entre as famílias, parece ter se reestabelecido um patamar de diálogo respeitoso desde então; Jaqueline descreve o momento atual como “tranquilo”, e diz que há um senso de união trazido pelas conquistas do assentamento ao longo dos anos. Muitos reforços trazidos pela mobilização geraram efeitos permanentes, como a biblioteca Ataíru, onde foram dadas aulas por professores voluntários ao longo da pandemia; uma oficina construída de *cordwood* por Adeles, seu marido, e voluntários; e o contato com professores da UFRGS para organizar, com os estudantes, mutirões de plantação de árvores, capinagem, roçagem, limpeza, e atualização da biblioteca. Ao mesmo tempo, permanece como um assunto bastante sensível os efeitos no laço entre o assentamento e a Cootap: se subentende um enfraquecimento pela virada de muitas famílias do cultivo de arroz orgânico para o convencional. Acima de tudo, no entanto, houve um amadurecimento das famílias no debate político-ecológico – sobre a importância da água, da segurança alimentar, e do ambiente saudável.

4 A MINA GUAÍBA COMO MEGAPROJETO DE DESENVOLVIMENTO

4.1 Estratégias e narrativas

As declarações de representantes da Copelmi testemunhadas pelos entrevistados confirmam a inserção da Mina Guaíba em uma mitologia do desenvolvimento. As promessas de “emprego, desenvolvimento, PIB” são poderosas para impulsionar megaprojetos ao redor do mundo; quase nunca se verifica ou supervisiona se elas serão, de fato, realizadas. Muitas vezes, as empresas submetem propostas com a expectativa de que elas não passarão por mais que uma leitura cursória. Como a Copelmi, elas também atuam para ocultar da sociedade as suas movimentações, evitando a participação popular em instâncias como audiências públicas.

Os escritos do Comitê identificam essa estratégia como a *discrição*, expressa

- i) na desassociação do projeto ao polo carboquímico; ii) na falta de publicidade na primeira audiência; iii) nas ausências da FEPAM e da empresa nos debates públicos na Câmara Municipal de Porto Alegre e de Guaíba; iv) e na negativa de FEPAM e empresa em realizar audiência pública em Porto Alegre. (RAGUSE; PRATES; ALT, 2022, p. 348)

A maioria da população afetada na Região Metropolitana e na cidade de Porto Alegre não teria acesso a espaços de deliberação democrática para decidir sobre o projeto, mesmo sendo, na visão proposta pela empresa, a maior receptora dos seus benefícios econômicos. O Comitê é correto em implicar o caráter autoritário do setor da megamineração.

Outra estratégia empregada por empresas como a Copelmi – e que se viu em uso no Projeto Mina Guaíba – consiste em oferecer uma parcela dos frutos do desenvolvimento para comunidades-chave. No projeto agroindustrial em El Impenetrable, visto na seção de estudos de caso, a oferta de empregos e de espaços simbólicos de representação serviu para desarticular a resistência indígena, ao custo de fragmentar o tecido social local. Para as famílias do Assentamento Apolônio de Carvalho, era prometida a oportunidade de trabalhar na mina, ou, alternativamente, um pagamento em dinheiro pela terra. O grupo Famílias de Bem simulava representar a visão majoritária do assentamento em matérias jornalísticas (TRAININI, 2019) e audiências públicas, mas jamais teve respaldo do MST, do Inca, ou de órgãos governamentais, o que contribuiu para erodir seu alcance. Além disso, as propostas aos assentados eram inconsistentes, duvidosas, ou ambos, felizmente não tendo força para cindir a comunidade de modo duradouro.

A participação proposta para cooptar as comunidades não é democrática, mas *dependente*. O Assentamento Apolônio de Carvalho é uma comunidade de agricultura camponesa, onde as decisões são feitas em reuniões coletivas e cada família tem direito a autonomia no uso da sua terra. A posse da terra é protegida pelo Incra, órgão do governo federal. Em substituição a isso, tentando passar por cima da proteção do Incra, a única oferta sólida da Copelmi era de uma compensação monetária que forçaria a integração das famílias ao mercado fundiário, as sujeitando à financeirização de suas propriedades. Camila comenta em um trecho da sua entrevista que a mineração parece olhar para as áreas de assentamento da reforma agrária com um “desejo voraz”. Com a leitura política-ecológica da *apropriação*, trazida por Comas (2012) a partir dos aportes de Polanyi, pode-se começar a entender o porquê: trata-se do desejo de integrar mais completamente aquela terra, aquela parcela da natureza, ao sistema capitalista-colonial. Há espaço, ainda, para compreendê-lo como um conflito de *distribuição ecológica* (ALIMONDA, 2011); não se disputa somente a posse da terra, mas também seu significado territorial, expresso em duas diferentes *linguagens de valoração*. De um lado, a extração lucrativa do carvão, a geração de empregos, a exploração dos recursos naturais; do outro, o ambiente limpo e habitável, a agricultura orgânica, uma comunidade sustentável.

Juntamente com a *discrição*, o Comitê percebe outras duas estratégias desenvolvimentistas empregadas pela Copelmi na sua busca pelo licenciamento: a *maquiagem* dos dados e o *fracionamento* do processo. A *maquiagem* opera em nível epistêmico, construindo uma rede com atores técnicos e governamentais para a validação dos dados dos estudos da empresa e a omissão do debate com a comunidade científica. São usados dados desatualizados ou descontextualizados, termos científicos têm seu sentido manipulado, e são empregadas generalizações que induzem ao erro. O *fracionamento* opera em nível processual, separando partes fundamentais, mas problemáticas, do processo principal para serem aprovadas posteriormente. A Copelmi fez isso com o componente indígena inteiro do licenciamento e com o plano de reassentamento para os residentes do Apolônio de Carvalho e Guaíba City, efetivamente *deixando para depois* a questão das comunidades mais diretamente afetadas. Também o fez ao separar, inconsistentemente, o projeto do Polo Carboquímico do projeto de mineração. Na avaliação de retorno econômico do EIA-RIMA, conta-se com sua construção; devido à baixa qualidade da jazida, o processamento do carvão no Polo Carboquímico seria “imprescindível para a sustentabilidade econômica da mina” (RAGUSE, 2019). Ele não consta, no entanto, nas avaliações de poluição do ar. Além do caráter antiético da venda casada de um segundo projeto, o estudo de caso da ponte Misión La Paz – Pozo

Hondo demonstra, pelo lado inverso, o que pode ocorrer caso as ramificações previstas do desenvolvimento não se concretizem: a mina poderia ficar como um monstruoso zigurate às margens do Rio Jacuí, escavando carvão para mandar a lugar nenhum.

O Polo Carboquímico do Baixo Jacuí, de fato, é parte fundamental do contexto em que se insere a Mina Guaíba. Parcialmente porque seu projeto contradiz o argumento da Copelmi de que a mina resolveria a “crise energética” do estado – em vez de se gerar diretamente energia termelétrica, se destinaria o carvão para processos carboquímicos com alto consumo energético. A gaseificação do carvão, principal destes processos, transforma o carvão em gás sintético – paralelo ao gás natural –, que pode, por sua vez, ser usado para a geração de energia ou para produção de derivados do petróleo. O uso do carvão para esse processo só é economicamente viável em uma situação de alta do preço do petróleo (MENEGAT; LELARGE; JOB; DANI, 2022), contradizendo o argumento do carvão como uma energia “estável” ou “segura”. Esse argumento, além de ser utilizado pela Copelmi, também está por trás da expansão carvoeira no Rio Grande do Sul nas últimas décadas, remontando aos anos 80 e à expansão da mina de Candiota em 2006 (SANTOS, 2014). Parece provável que, sendo uma estratégia estabelecida, tenha orientado gestores estaduais a se movimentar pela aprovação da Mina Guaíba; no entanto, no que diz respeito ao Polo Carboquímico, os ganhos em geração energética seriam nulos ou muito aquém dos projetados, o que foi mascarado pela empresa nos relatórios.

Ausente a geração de energia, o curso mais provável para o carvão seria a produção de ureia, um composto de alto conteúdo de nitrogênio cujo principal uso é como fertilizante químico. Apesar da eficiência desse uso do carvão também estar atrelada às cotações do petróleo, ele sinergizaria com a expansão do agronegócio e da agricultura convencional no Rio Grande do Sul (ALONSO, 2021), o que foi apontado na entrevista com Adeles. As conexões entre o setor minerário e agrícola no Rio Grande do Sul são um tópico que merece atenção de estudos futuros. Não apenas se inserem na mesma lógica de desenvolvimento como também na mesma lógica de apropriação da natureza – o setor minerário com as lavras e a poluição, o setor agrícola com os monocultivos e insumos agressivos.

4.2 A mobilização

O movimento contra o Projeto Mina Guaíba foi amplo, trazendo diversos setores para diversas frentes diferentes, mas não envolveu a unanimidade da sociedade porto-alegrense. Não foi, em outras palavras, um movimento de *massas*, como a tomada da ponte Misión La

Paz – Pozo Hondo por mil manifestantes ou a oposição cidadã multiprovincial ao projeto Potasio Rio Colorado – embora tenha traços em comum com esta. Isso não o exime de ter caráter popular, fundado nas reivindicações das comunidades afetadas pelo empreendimento; mas significa que o estudo de traços particulares da sua organização é fundamental para compreender sua efetividade e sucesso.

A luta contra a Mina Guaíba, integrada por movimentos como o MAM, se insere diretamente no contexto das lutas contra a mineração no Brasil. No século XXI, se intensifica a expansão minerária com uma lógica que “não é apenas horizontal, com a expansão das fronteiras de extração [...], mas também é vertical, porque penetra o território poluindo as partes mais profundas da terra, da água, do ar e de toda a natureza e seres vivos” (COELHO *et al*, 2021, p. 3). Os flagelos da mineração se fazem presentes muito visivelmente nos desastres de Mariana, Barcarena e Brumadinho; mas, ao mesmo tempo, se percebe ela se hegemonizando nos territórios que ocupa, inviabilizando toda atividade de subsistência ou econômica até que as únicas opções para os habitantes sejam trabalhar para a mineração ou emigrar. O MAM surge em 2012 a partir de articulações anteriores declarando que o modelo mineral se constrói de forma “antidemocrática, antipopular e antinacional” (COELHO *et al*, 2021, p. 7). Mas é impossível, o movimento também afirma, construir uma alternativa a esse modelo sem fomentar a participação das comunidades territorializadas que ele atinge; ao invés de um desenvolvimento vindo de cima, é premente que as atividades produtivas surjam a partir da decisão popular e autônoma. Por isso, em vez do signo negativo de *contra a mineração*, a organização passa a se articular pela *soberania popular na mineração*.

O eixo formado pelo Comitê e pelo Assentamento Apolônio de Carvalho se configura num confluxo particular no qual as lutas nacionais pela reforma agrária e contra as barragens se encontram com a luta pela soberania na mineração. Acontece em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, que representou um pico do período de reação neoliberal iniciado em 2015 – que, por sua vez, incorporou o ataque aos mecanismos de proteção ao meio-ambiente como vetor crucial. O senso de urgência causado pela ascensão bolsonarista certamente acendeu um alerta quando os assentados trouxeram aos movimentos a notícia do Projeto Mina Guaíba; foi chamada ajuda de todas as frentes, permitindo a reunião de MST, MAB, MAM, movimentos locais, e mais os pesquisadores engajados. O nascimento do Comitê é uma vitória organizativa, permitindo a junção de forças de diversos movimentos da luta socioambiental em uma frente única e sólida, com propósito claro e delimitado, arcabouço técnico, e conexão multilateral com as bases.

Isso é expresso na organização multifacetada do Comitê. Os movimentos sociais sabem por experiência que não seria suficiente apenas uma frente técnica; por melhor que sejam os argumentos contra a Mina Guaíba, eles não seriam ouvidos sem o apoio de frentes de articulação política e propagação midiática. Semelhante ao caso do projeto Potasio Rio Colorado, o Comitê conseguiu fazer sua presença sentida no espaço público de Porto Alegre; houve fixação de faixas e cartazes, distribuição de materiais através das feiras ecológicas ao redor da cidade, e ações temáticas como a circulação de manifestantes vestidos com máscaras e roupas protetoras (antecedendo por meses a pandemia de COVID-19) e a colocação de um “pala amarelo improvisado” no Monumento ao Laçador com o dizer “NÃO À MEGA MINERAÇÃO, TCHÊ!” (CCM-RS, 2019).

Através da organização, amadurece a visão política do Comitê: pela justiça e democracia no processo de licenciamento ambiental. O foco do movimento passa a ser obrigar a FEPAM a realizar uma audiência pública para o projeto em Porto Alegre, trazendo mais visibilidade e a possibilidade para uma parcela muito maior da população se manifestar. A tarefa principal da frente política estava aí: articular as ‘audiências de guerrilha’ extraoficiais, sem aval da FEPAM, em espaços como a OAB, o Ministério Público Estadual e a Assembleia Legislativa. Camila pontuou corretamente que elas se tornaram um “fato social” – até mesmo a Copelmi deixou de ignorá-las em tempo e se fez presente no último desses eventos, chamado pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) no dia 30 de setembro de 2019 na ALERGS, para receber as vaias de uma plateia já fortemente engajada contra o projeto (AMARAL, 2019).

O contínuo engajamento com a base das comunidades afetadas também se provou fundamental. Em parte, trazer e propagar diretamente as reivindicações das comunidades – pelo meio-ambiente saudável e os modos de vida autóctones, contra a mineração de carvão – deu legitimidade e força à mobilização. Mas parte importante se desenrolou no plano simbólico: olhar para um assentamento da reforma agrária e duas aldeias indígenas fornece ao observador uma alternativa clara ao desenvolvimento ecocida. As atividades e mutirões no Assentamento Apolônio de Carvalho demonstram que, em oposição à Mina Guaíba, ascendeu o engajamento em construir esse modo de vida.

4.3 O ataque dos megaprojetos – Belo Monte e a Mina Guaíba

O exemplo mais visível de um megaprojeto de desenvolvimento no Brasil em tempos recentes foi a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, construída entre 2011 e 2016. Em escala, é

muito maior do que a Mina Guaíba; enquanto esta previa cerca de cinco mil empregos diretos e indiretos ao longo de toda a operação, foram levados dezoito mil trabalhadores para o projeto no Xingu apenas na fase de instalação, sobrecarregando os serviços dos municípios vizinhos e estourando vários índices de precariedade social (FLEURY, 2013). Belo Monte também foi um projeto impulsionado diretamente pela Presidência da República, com uso de órgãos e atribuições federais, enquanto o Projeto Mina Guaíba foi conduzido principalmente pelas instâncias estaduais. No entanto, ambos se inserem em momentos diferentes da mesma lógica do desenvolvimento; ambos tinham como objetivo suprir energia elétrica para sustentar a continuidade do crescimento econômico. Esta seção compara e traça conexões entre os dois projetos, deixando apontamentos rumo a estudos futuros e um entendimento mais unificado dos megaprojetos de desenvolvimento.

Em ambos os casos, há uma disputa sobre o sentido do desenvolvimento, sobre que desenvolvimento se deseja para o mundo. Elas se dão, no entanto, em contextos diferentes. Se Belo Monte acontece em um período de “crescimento econômico e estabilidade política”, no qual “nada pode soar mais ofensivo no embate público do que a acusação de ser contra o desenvolvimento” (FLEURY; ALMEIDA, 2013, p. 152), o Projeto Mina Guaíba escolhe se apresentar na esteira de uma crise econômica, contando com um governo instável e antidemocrático para avançar sua proposta. O embate público, embora deformado pela nova presença da extrema-direita, tem mais espaço para questionamento ao modelo desenvolvimentista. Embora os atores do executivo mantenham apoio ao projeto, é mais difícil consolidar o campo do “governo” como favorável à mina; uma consequência disso já mencionada é a realização de audiência pública em Porto Alegre pela SEMA quando a FEPAM se recusou a fazê-lo. Tudo é agravado, ainda, pela avaliação do carvão como ‘energia suja’, poluidora da atmosfera, e, logo, em flagrante negligência de um cenário global no qual os efeitos das mudanças climáticas antropogênicas já começam a se manifestar. O Projeto Mina Guaíba, em suma, é proposto em um contexto muito mais desfavorável do que a Usina de Belo Monte, possivelmente dependendo de uma guinada autoritária do governo para obter sua aprovação.

Contra o desenvolvimento ecocida, os dois projetos são contestados por modelos alternativos de viver em sociedade e ocupar o território. A arqueologia moderna dá argumentos para entender a Floresta Amazônica como moldada por seus povos indígenas ao longo de milhares de anos, como a sua grande concentração de árvores frutíferas e a cobertura de até 10% de sua área total pela terra preta, um solo antropogênico fértil formado por carvão vegetal, pedaços de cerâmica, e matéria orgânica compostada (PANKO, 2017). Trata-se de

uma forma antiga de bioengenharia, hoje espelhada por modelos de desenvolvimento sustentável que veem no potencial biotecnológico a verdadeira riqueza da Amazônia – embora não sejam livres de contradições. Além disso, os povos indígenas da bacia do Xingu contam com uma diversidade cultural enorme em suas maneiras de viver o mundo, de formar relações com o rio, com a floresta, com os ciclos da natureza local. O espaço do Projeto Mina Guaíba, além de duas aldeias indígenas, também inclui um assentamento da reforma agrária, produto de uma elaboração teórica de quatro décadas pelo MST: no presente, a luta política pela reforma agrária é acompanhada pelo aprendizado das técnicas da produção orgânica e da agroecologia (ZARREF, 2018). Nos dois casos, os modos de produção da vida local se opõem à assimilação no sistema-mundo capitalista, e talvez por isso caíam na mira de modelos agressivos de desenvolvimento. A Mina Guaíba, no entanto, punha em risco a cidade de Porto Alegre e sua região metropolitana. Foi citado frequentemente como argumento de oposição o potencial turístico da capital, sua indústria de saúde, e outras atividades lucrativas mercantilizadas. No final, a Usina de Belo Monte foi construída, enquanto a Mina Guaíba não.

Até o momento, foram apresentados dois contextos que tornaram as condições para a aprovação da Mina Guaíba mais desfavoráveis do que para a Usina de Belo Monte. Vale apontar, no entanto, que a Copelmi estava confiante na aprovação do mesmo jeito – e empregou estratégias semelhantes para facilitá-la. Assim como a Copelmi, a Norte Energia – anteriormente conhecida como Eletronorte – faltou em transparência sobre o projeto, permitindo que avançasse de maneira escondida às comunidades afetadas. Durante o hiato de vinte anos, enquanto eram buscadas as condições para construir a usina, “as suspeitas de que o projeto não tinha sido completamente abortado pairavam no ar, ora como perigo iminente, ora como uma promessa de políticos locais em vésperas de eleições” (FLEURY, 2013, p. 40). No período anterior, quando foram feitos os primeiros estudos locais, nada havia sido explicado às comunidades, “gerando uma grande sensação de incerteza na região da Transamazônica – Xingu” (FLEURY, 2013, p. 36). No processo recente, a Norte Energia e o governo foram diversas vezes acusados de não ter feito consulta prévia com os povos indígenas da região; mais de uma vez foi emitida liminar que suspendia o processo, para, nas horas ou dias seguintes, a mesma liminar cair. O primeiro tópico do Painel de Especialistas realizado em Belo Monte chama-se “cronograma da (in)disponibilização pública do Estudo de Impacto Ambiental”; o EIA da usina foi aceito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sem ser disponibilizado integralmente, e as parcelas do estudo foram divulgadas após o prazo legal de antecedência às audiências públicas. Tanto a

Norte Energia quanto a Copelmi atuam dentro de uma estrutura de licenciamento que, através da conceituação das populações locais como mera parte do ambiente (FLEURY, 2013), da atribuição unilateral do EIA à empresa proponente, e de insuficiente firmeza contra condutas irregulares da empresa, serve para coibir a participação democrática, como o Comitê acusa.

Outro elemento que os dois projetos têm em comum é o uso da narrativa do desenvolvimento para engrandecer sua importância e seus benefícios. Recorde-se que, para a Usina de Belo Monte, era prevista uma capacidade de geração de 11.200 megawatts de energia elétrica nas comunicações da Norte Energia com a sociedade. No entanto, esse valor somente seria atingido durante as cheias do Xingu – o rio é altamente sazonal, tornando a geração média de energia da usina ao longo do ano de 4.796 megawatts, menos que a metade do que era dado a entender. A Mina Guaíba, além da promessa de segurança energética – erodida pelos seus próprios planos para o Polo Carboquímico, conforme avaliado na seção anterior –, também prometia grande geração de tributos para o estado financeiramente avariado do Rio Grande do Sul. Mas o Painel de Especialistas avalia que, com as isenções concedidas pelo governo e a baixa arrecadação tributária endêmica ao setor minerário no país, o rendimento real ficaria muito aquém do prometido (HANAUER; KUHN; OLIVEIRA, 2019). A crise fiscal do estado serviria como justificativa para instalar um projeto com a roupagem do desenvolvimento, mas que se traduziria em benefícios privados e enormes prejuízos públicos.

Inaugurado em Belo Monte e reprisado na Mina Guaíba, o Painel de Especialistas é um movimento político da comunidade científica para contrapor os pareceres unilaterais das empresas usados para o licenciamento. O Painel foi idealizado por movimentos sociais de Altamira articulados na Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), apoiados por ONGs ambientalistas nacionais e internacionais. Sua realização foi “resultado de uma busca por legitimação científica da oposição à construção da hidrelétrica” (FLEURY, 2013, p. 154), reunindo 38 especialistas de diversas áreas do conhecimento – nomes de alta qualificação nos circuitos acadêmicos, como Philip Fearnside, parte da equipe do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, de Intergovernmental Panel on Climate Change) que recebeu o Nobel da Paz em 2007. Fleury identifica uma dinâmica interessante na realização do Painel de Especialistas: o Ibama aceita a contestação de seu trabalho no processo desde que “não tenha prerrogativas políticas, isto é, desde que não tenha o propósito de se sobrepor a ou cercear o poder instituído do Ibama”. Contudo, ao comparar o Painel com os pareceres técnicos do Ibama, percebe-se que ambos chegam às *mesmas conclusões* sobre a insuficiência do EIA-RIMA. Puramente por critérios técnicos, o Ibama reprovaria o empreendimento da

Usina de Belo Monte. No entanto, preocupações políticas da sua direção – como se indispor com o governo federal, fortemente envolvido no projeto – levaram a uma decisão favorável.

O contexto político, conforme mencionado anteriormente, foi um fator que contribuiu para impedir a aprovação do Projeto Mina Guaíba. Além da instabilidade do governo federal, as etapas tardias do processo ocorreram durante a pandemia de COVID-19, na qual a aprovação popular das figuras políticas flutuou amplamente – da subida inicial com o apoio às medidas de contenção a uma forte queda conforme as ondas da doença se intensificaram e a resposta governamental aparentou se enfraquecer cada vez mais. Com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), não foi diferente. Ambicionando concorrer à presidência em 2022, o cálculo político pode ter levado Leite a concluir que a aprovação da Mina Guaíba representaria um desgaste muito grande à sua imagem – logo, anunciou em setembro de 2021, em um *podcast* de grande audiência, a retirada de apoio do governo ao projeto (GONZATTO, 2021).

Ao mesmo tempo, não se pode descartar uma evolução no uso da tática do Painel de Especialistas pelo Comitê. Para além da mera apresentação dos contra-laudos, o Comitê se engajou *politicamente* no processo junto com os movimentos sociais e comunidades – dando apoio, mas também agindo por conta própria. Considere-se o exemplo das audiências públicas. Em ambos os casos, foram omitidas audiências em locais que seriam fortemente afetados pelos projetos; em Belo Monte, o MPF recomendou a realização de mais 13 audiências além das quatro realizadas, enquanto para a Mina Guaíba foi denunciada a indesculpável falta de uma audiência em Porto Alegre. Mas, no caso mais recente, o Comitê se moveu para articular com organizações políticas a realização das ‘audiências de guerrilha’, tornando a inviabilidade científica do projeto um “fato social” e não meramente uma discussão técnica. Tanto nestas audiências quanto no evento de lançamento do Painel de Especialistas, membros das comunidades afetadas receberam destaque, demonstrando a aliança dos cientistas com visões de mundo distintas das suas, frequentemente inexpressáveis nas suas categorias. O que parece ter sido reconhecido é que não é suficiente deixar a ciência para os cientistas e a luta política para as comunidades: que as comunidades têm o que acrescentar ao lado da ciência, e que os cientistas, se quiserem ser ouvidos, também devem se engajar na luta pela democratização do licenciamento e pela justiça ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentalmente, o Projeto Mina Guaíba dá suporte para a tese de que o desenvolvimento no Brasil ocorre como processo antidemocrático, compartilhada pelos estudos críticos do desenvolvimento e pelo Comitê de Combate à Megamineração. Através da manipulação de dados, do processo de licenciamento, e da circulação de informação – negligenciando princípios básicos de transparência –, a Copelmi apresentou para a sociedade um projeto inviável e ambientalmente catastrófico. Sua implementação colocaria em risco o rio Jacuí e seria destrutiva para as formas locais de viver e produzir da Região Metropolitana de Porto Alegre, afetando 4,3 milhões de pessoas. Apesar disso, a empresa tinha confiança na sua aprovação devido a uma estrutura de licenciamento inibitória da participação popular – além de uma possível escalada autoritária do governo federal.

Ao reconhecer essa realidade e agir de acordo com ela, os movimentos sociais e a comunidade acadêmica foram capazes de montar resistência e reverter a situação. O Assentamento Apolônio de Carvalho foi um dos campos de batalha, sediando investidas da empresa para tentar cooptar a voz da comunidade, e, ao mesmo tempo, atuando como ponto de partida para a mobilização contra o projeto. A iniciativa do Assentamento foi fundamental, particularmente na formação e ativação de uma ampla rede de contatos. O Comitê, por sua vez, surge como expressão dessa rede. Sua capacidade de articular diferentes táticas e diferentes linguagens de valoração – nos termos da distribuição ecológica, formando uma frente de interesses comuns – foi fundamental no seu papel como movimento.

Por fim, a história de Belo Monte traz um alerta para a luta socioambiental e as comunidades da região metropolitana de Porto Alegre. Em 1989, o movimento indígena se manifestou fortemente e conseguiu barrar a construção da usina; com as condições daquele momento, conseguiram tornar o projeto inviável. Duas décadas depois, em condições mais favoráveis, a Norte Energia retornou e conseguiu levar a cabo o projeto, mesmo com oposição local e nacional. Nas conversas com integrantes do Assentamento Apolônio de Carvalho, foi mencionado um rumor de que a Copelmi já pediu o licenciamento para outro empreendimento de extração de carvão na mesma área da Mina Guaíba. É um dizer comum nos movimentos ambientalistas, sem atribuição confirmada, que “as vitórias são temporárias, enquanto as derrotas são permanentes”. Para evitar que, em alguns anos ou décadas, a história de Belo Monte se repita, é crucial que movimentos como o Comitê mantenham a vigilância, deixando aberta sua escuta – e seus espaços de fala – às comunidades.

REFERÊNCIAS

ALIMONDA, Hector. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. *In*: ALIMONDA, Hector. **La Naturaleza Colonizada**. Buenos Aires: Ciccus, 2011. p. 21-60.

ALONSO, Francieli. **Especialistas celebram expansão do agronegócio no RS apesar da pandemia no Painel RBS Notícias; assista**. RBS TV, Porto Alegre, 11 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/02/11/especialistas-celebram-expansao-do-agronegocio-no-rs-apesar-da-pandemia-no-painel-rbs-noticias.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2023.

AMARAL, Eduardo. Audiência pública sobre Mina Guaíba tem clima tenso na AL-RS. **Correio do Povo**, Porto Alegre 30 set. 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/audi%C3%Aancia-p%C3%BAblica-sobre-mina-gua%C3%ADba-tem-clima-tenso-na-al-rs-1.369207>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CAMARGO, Gilson. Mina de carvão em Eldorado do Sul ameaça Delta do Jacuí. **Extra Classe**, Farroupilha, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2019/03/mina-de-carvao-em-eldorado-do-sul-ameaca-delta-do-jacui/>. Acesso em: 27 set. 2022.

COELHO, T. P. *et al.* Os crimes das mineradoras e a luta popular na mineração. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, 2021. Disponível em: [scielo.br/j/asoc/a/4vT9wyZGyCC4WCj5TLZXjZJ/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/asoc/a/4vT9wyZGyCC4WCj5TLZXjZJ/?lang=pt). Acesso em: 25 mar. 2023.

COMAS, Dolores. Ecología política y antropología social. **Áreas: Revista Internacional de Ciencias Sociales**, [s. l.], n. 19, p. 79-99, jan. 2012. Disponível em: <https://revistas.um.es/areas/article/view/144791>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CCM-RS. **Não à mega mineração, tchê!** [S. l.], 20 set. 2019. Instagram: Comitê de Combate à Megamineração @comitecombatemegaminerao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B2pG9tmhM8B/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

COPELMI MINERAÇÃO LTDA. **Projeto Mina Guaíba**. COPELMI MINERAÇÃO LTDA., [s. l.], c2023. Disponível em: <http://copelmi.com.br/mina-guaiba/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

DAVIS, Heather; TODD, Zoe. On the Importance of a Date, Or, Decolonizing the Anthropocene. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 16, n. 4, p. 761-80, 2017. Disponível em: <https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/1539>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ESCOBAR, Arturo. La economía y el espacio del desarrollo: Fábulas de crecimiento y capital. *In*: ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Caracas: El Perro y La Rana, 2007. p. 101-176.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. *In*: SACHS, Wolfgang. **Diccionario del Desarrollo**. Lima: Pratec, 1996. p. 52-78.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da usina hidrelétrica de belo monte em perspectiva**. 2013. 320 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 141-158, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/bzmFrBhVYLhJXQcbcQKB8XN/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2023.

FRANZEN, Jonathan. What if we stopped pretending? **The New Yorker**, Nova Iorque, 08 set. 2019. Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/cultural-comment/what-if-we-stopped-pretending>. Acesso em: 17 mar. 2023.

g1 RS. Projeto da Mina Guaíba na Região Metropolitana de Porto Alegre é arquivado pela Fepam. **g1**, [s. l.] 15 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/03/15/projeto-da-mina-guaiba-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-e-arquivado-pela-fepam.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2022.

GONZATTO, Marcelo (ed.). **Governo do RS retira apoio a projeto polêmico da Mina Guaíba, que está suspenso**. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/09/governo-do-rs-retira-apoio-a-projeto-polemico-da-mina-guaiba-que-esta-suspenso-cku4hiqxv002e019mits1pyjb.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

HANAUER, Luana dos Santos; KUHN, Daniela Dias; OLIVEIRA, Letícia Paranhos M. de. Análise dos tributos sobre o empreendimento Projeto Mina Guaíba da empresa Copelmi. *In*: CCM-RS. **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Porto Alegre: Paginaria, 2019. p. 155-162.

HERCULANO, Selene. **Racismo ambiental, o que é isso?** 2017. Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

LEFF, E. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xf8jDCswFkPF9zS4s4vyfLP/abstract/?lang=es>. Acesso em:

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142.

QUINTERO, Pablo. **Antropología del Desarrollo: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Kula, 2015.

QUINTERO, Pablo. Desarrollo Agroindustrial, Inversión Extranjera Directa y Acumulación por Desposesión en las Fronteras de la Provincia del Chaco: la corporación Al-Khorayef en El Impenetrable. **Geopantanal**, Corumbá, v. 10, n. 18, p. 141-157, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/559>. Acesso em: 25 mar. 2023.

QUINTERO, Pablo. Subordinaciones y resistencias al desarrollo en una formación social de fronteras: la cuenca media del río Pilcomayo (1997-2007). **Estudios Sociales del Noa**, Tilcara, n. 10, p. 21-42, dez. 2010. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/esnoa/article/view/823>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PANKO, Ben. The Supposedly Pristine, Untouched Amazon Rainforest Was Actually Shaped By Humans. **The Smithsonian Magazine**, Nova Iorque, 03 mar. 2017. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/science-nature/pristine-untouched-amazonian-rainforest-was-actually-shaped-humans-180962378/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

PRATES, Camila; VARGAS, Felipe; ALMEIDA, Jalcione; FLEURY, Lorena Cândido. Inconsistências sobre o Plano Conceitual de Reassentamento. *In: CCM-RS. Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba*. Porto Alegre: Paginaria, 2019. p. 131-136.

RAGUSE, Eduardo; PRATES, Camila; ALT, Júlio. Nos rastros do setor minerário: o projeto Mina Guaíba. *In: MALDONADO, Emiliano; CAFRUNE, Marcelo; DERMMAM, Marina (org.). Direitos da Natureza, Extrativismo e Litigância Climática*. Rio Grande: Editora da Furg, 2022. p. 325-354.

MENEGAT, Rualdo; LELARGE, Maria Lidia Vignol; JOB, Juliana Martelet; DANI, Norberto. Mina Guaíba: projeto de mineração de carvão sem limites em plena Região Metropolitana de Porto Alegre. *In: MALDONADO, Emiliano; CAFRUNE, Marcelo; DERMMAM, Marina (org.). Direitos da Natureza, Extrativismo e Litigância Climática*. Rio Grande: Editora da Furg, 2022. p. 325-354.

REDAÇÃO MÁS ENERGÍA. **Mendoza busca socios para el proyecto Potasio Río Colorado**. Más Energia, [s. l.] 14 jun. 2022. Disponível em: <https://mase.lmneuquen.com/proyecto/mendoza-busca-socios-el-proyecto-potasio-rio-colorado-n920058>. Acesso em: 27 set. 2022.

SALES, Theo. Rastros da destruição: o crime da Braskem em Maceió. **Jornal do Campus**, São Paulo, 03 jan. 2022. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/01/rastros-da-destruicao-o-crime-da-braskem-em-maceio/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SANTOS, Gleicy Vasques. Breves considerações sobre a problemática ambiental e o uso do carvão mineral na matriz energética brasileira. **Revista Grifos**, [s. l.], v. 23, n. 36/37, p. 15-27, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v23i36/37.2416>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SBERT, José Maria. Progreso. *In: SACHS, Wolfgang. Diccionario del Desarrollo*. Lima: Pratec, 1996. p. 299-318.

TRAININI, Carla Miller. Grupo de assentados do Apolônio de Carvalho apoia o projeto Mina Guaíba. **Portal de Notícias**, [s. l.], 21 jun. 2019. Disponível em: <https://www.portaldenoticias.com.br/noticia/8051/grupo-de-assentados-do-apolonio-de-carvalho-apoia-o-projeto-mina-guaiba.html>. Acesso em: 17 mar. 2023.

WAGNER, Lucrecia S.; GIRAUD, Marcelo. El proyecto minero Potasio Río Colorado: conflicto socioambiental, impactos regionales y falta de integralidad en la evaluación ambiental. *In*: ALIMONDA, Hector. **La Naturaleza Colonizada**. Buenos Aires: Ciccus, 2011. p. 257-284.

ZARREF, Luiz. Agroecologia e o MST. **MST**, [s. l.], 24 out. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>. Acesso em: 17 mar. 2023.